ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 – Série VII – N.º 543
24 de Maio de 1984

Preço: 30$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português · Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

AUMENTOS DE PREÇOS E MAIS AUMENTOS DE PREÇOS

É IMPOSSÍVEL VIVER ASSIM!

CONCENTRAÇÃO NACIONAL DE PROTESTO DIA 2 DE JUNHO NO TERREIRO DO PAÇO

Governo Soares/Pinto decretou aumentos do pão, do leite, do açúcar, dos transportes e vêm aí aumentos de preço do bacalhau, dos óleos, das margarinas, etc. A CGTP/IN convocou para o próximo dia 2 de Junho uma concentração nacional de protesto no Terreiro do Paço – Pág. 3

Baleizão, no 30.º aniversário do assassínio de Catarina Eufémia

Baleizão, Vila da Feira, Ílhavo: três jornadas com a presença de Álvaro Cunhal confirmam o desenvolvimento e influência do PCP

Págs. centrais

2.º Congresso do Movimento Democrático de Mulheres

MULHERES PORTUGUESAS EM LUTA POR ABRIL

Suplemento

SEMANA

16
Quarta-feira

Por decisão da AR, o Barreiro, Vila Franca de Xira, S. João da Madeira, Vila Nova de Gaia, Ovar, Matosinhos, Oliveira de Azeméis e Mirandela ascendem à categoria de cidade ■ A FAUL do PS divulga um comunicado em que agita o papão do «frentismo gonçalvista», manifesta apoio a Mário Soares e respectivo Governo e acaba por reconhecer que a população portuguesa tem razão para estar preocupada com a situação económica e financeira do País; e há quem fale de coerência... ■ Comissão de utentes dos transportes colectivos da região de Lisboa convida os utentes a não pagar mais aumentos de transportes ■ Agricultores de Fafe cortam a estrada para Guimarães para exigir a reabertura da feira de gado ■ O ataque aéreo a um petroleiro saudita, atribuído ao Irão, faz subir a tensão na guerra do Golfo ■ A Câmara dos Representantes dos EUA aprova a construção de 15 mísseis MX; Reagan havia proposto a aprovação de 40 ■ Os partidos brasileiros da oposição anunciam apresentar um candidato único às eleições presidenciais.

17
Quinta-feira

Estudantes contra Seabra

Os trabalhadores da Setenave paralisam a sua actividade exigindo reajustamentos salariais e a defesa da empresa pública ■ Uma delegação de estudantes de Setúbal e Lisboa concentra-se junto ao Ministério da Educação acabando por ser recebida pelo chefe de gabinete do ministro ■ O Banco de Portugal informa que o escudo baixou 22,8% em relação ao índice médio dos três primeiros meses do ano passado ■ O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio alerta para que a liberalização dos horários dos estabelecimentos põe em risco o direito à semana inglesa ■ A Nicarágua denuncia ataques de terroristas a partir da Costa Rica, que visam impedir as iniciativas de paz entre os dois países ■ Os sindicatos da Banca, Comércio, Seguros e Serviços da RFA aderem à luta dos metalúrgicos pela semana de 35 horas sem redução de salário ■ Entra em vigor no Chile a proibição de circulação de veículos durante a noite ■ É anunciado em França que o chefe do governo racista sul-africano, Pieter Botha, não será recebido no país.

18
Sexta-feira

Marcha de fome

Mota Pinto, ministro da Defesa, defende o aumento da presença militar dos EUA em Portugal durante a assinatura do acordo da Base das Lajes ■ Os trabalhadores da CIFA fazem uma marcha de 25 km até à delegação do Ministério do Trabalho no Porto para exigir o pagamento dos seus salários ■ Mário Soares participa em Braga num colóquio sobre relações internacionais, rodeado por grande aparato policial; como de costume, o 1.º Ministro recusou-se a receber representantes de trabalhadores da região com salários em atraso ■ O Governo PS/PSD confirma o convite ao dirigente racista Pieter Botha para visitar Lisboa de 29 a 31 deste mês ■ Os trabalhadores têxteis da RFA aderem à greve pela semana de 35 h que ameaça espalhar-se a todo o país ■ O ditador Marcos, das Filipinas, envolve a contagem dos votos das últimas eleições com aparato repressivo para evitar vitória da oposição ■ A aviação iraquiana ataca mais dois petroleiros na zona do Golfo.

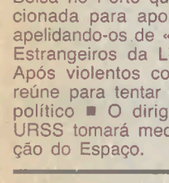
19
Sábado

O Governo PS/PSD decreta novos e brutais aumentos de preços do leite, do pão, do açúcar e dos cereais, para além de confirmar os aumentos dos transportes em 1 de Junho, em cerca de 20% ■ Álvaro Cunhal afirma em Baleizão, no 30.º aniversário do assassínio de Catarina Eufémia, que uma eventual candidatura de Soares à presidência da República não terá nem um voto comunista ■ Começa em Lisboa o II Congresso do MDM sobre o lema «Mulheres em movimento pela igualdade e pela paz» ■ Mário Soares afirma no Palácio da Bolsa no Porto que os comerciantes são «a população vocacionada para apoiar o Governo» e insulta os trabalhadores apelidando-os de «energúmeros» ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros da Liga Árabe debatem a situação no Golfo ■ Após violentos combates em Beirute, o governo do Líbano reúne para tentar prosseguir o debate sobre o seu programa político ■ O dirigente soviético Tchernenko adverte que a URSS tomará medidas se os EUA concretizarem a militarização do Espaço.

20
Domingo

As participantes do Congresso do MDM desfilam por Lisboa, antes do final dos trabalhos, protestando contra os novos aumentos ■ A Comissão Central da JCP reúne em Lisboa, condenando a política do actual Governo ■ O Conselho Nacional da CGTP-IN aprova formas de luta contra a actual política governamental e exige o aumento do salário mínimo nacional ■ O PCP inaugura novos centros de trabalho em Vila da Feira e Ílhavo ■ As comissões de apoio ao povo maubere divulgam uma carta aberta aos órgãos de soberania alertando para o drama que se vive em Timor-Leste desde a invasão pela Indonésia ■ Angola saúda a França pela decisão de não receber o racista Botha ■ Napoleon Duarte, o presidente de El Salvador escolhido pelos EUA, encontra-se em Washington com Reagan ■ Aviões israelitas bombardeiam posições sírias no Líbano perto da fronteira com a Síria.

21
Segunda-feira


Não há fome...

Crescem as reacções populares aos aumentos dos preços; no Barreiro cerca de 4 mil pessoas manifestam a sua indignação; em Algés a comissão para o não pagamento dos aumentos de transportes recolhe mais de mil assinaturas em pouco tempo e a CGTP repudia as medidas anunciando estudar acções de resposta ■ Ao mesmo tempo que anuncia que em Portugal não há fome mas «situações de carência», Mário Soares anuncia novos ataques à Reforma Agrária e ao sector público ■ O PSD de Aveiro afirma que o partido deve «denunciar a coligação» para não ser «conivente com o PS na concretização do descalabro nacional» ■ Começa em Lisboa uma mesa-redonda de apoio ao desenvolvimento da economia da Guiné-Bissau ■ O Líbano afirma na ONU o seu apoio a uma conferência internacional sobre o Médio Oriente ■ Alguns países da Liga Árabe apoiam uma acção militar para desbloquear a saída de petróleo da zona do Golfo ■ O governo argentino começa a ouvir os partidos da oposição sobre as formas de refinanciamento da sua fabulosa dívida ao FMI.

22
Terça-feira

Trabalhadores da metalurgia e metalomecânica dos distritos de Lisboa e Setúbal realizaram uma concentração junto ao Ministério da Indústria, que se insere numa jornada nacional de luta (que incluiu também uma concentração no Porto e acções de protesto em diversos pontos do País) contra a política do actual Governo ■ Governo mandou a PSP ocupar e selar a Mútua dos Pescadores ■ Segundo o jornal sul-africano «The Star», Mário Soares foi o primeiro chefe de governo a convidar Botha para uma visita oficial ■ SPD defende compromisso da NATO de não utilização em primeiro lugar das armas nucleares ■ Reagan compromete-se oficialmente a reforçar apoio militar dos Estados Unidos ao regime fascista de El Salvador.

Editorial

CONCENTRAÇÃO NACIONAL DO DIA 2 – NECESSÁRIA RESPOSTA DE MASSAS

Soares e Mota Pinto, com caras de caso e régio aparato, vieram à grande cena da comunicação social dizer que o Governo está porreiro de saúde, que não há questões de pessoas, que haverá ajustamentos políticos e reformas estruturais, que a remodelação a ser feita é lá com eles e que a fome em lares portugueses é uma invenção dos comunistas.

De facto, tornou-se mais patente nos últimos dias que, no referente ao Governo, o problema central não é o da remodelação mas o da demissão pura e simples; não é o do reboco da sua deteriorada fachada política mas o da completa reversão dos alicerces.

Nos dias que acabam de passar, os actos, as declarações públicas e as medidas do Governo PS/PSD e dos seus figurões mais destacados aclararam de maneira singular aspectos capitais da situação do País e do verdadeiro carácter da coligação governante.

O Governo e os seus chefes confirmaram-se como verdadeiros inimigos do povo trabalhador, como modelos de desonestidade política e de hipocrisia perante os portugueses e como abjectos servidores da classe do capital financeiro e do imperialismo.

Mostraram-se como autêntica imagem de irresolução e alheamento dos problemas nacionais mais agudos, de manifesta incapacidade funcional, de gente estranha à vida do povo e do País.

Nestes dias, factos adicionais vieram confirmar que a repressão e os atropelos permanentes à legalidade democrática se tornaram a lei do Governo.

Novas violências foram cometidas como forma de resposta a profundos anseios do povo ou como forma de solução de melindrosas questões pendentes, como os da Ria de Faro.

Novas arremetidas legislativas e afirmados propósitos políticos do Primeiro-Ministro e do seu «Vice» configuram com maior precisão a ameaça fascizante que pesa sobre a vida nacional.

É um Governo de má consciência que deve ser urgentemente desalojado da direcção do País. A questão da alternativa democrática de governo e de política tornou-se um objectivo central do movimento popular e democrático de imperiosa solução.

A nova escalada dos preços e serviços de primeira necessidade, depois dos desmentidos e garantias dos governantes que a tinham projectado para o dia 1 de Abril — propósito que só a luta e a firme resistência do povo os obrigou a protelar — é um novo e sórdido capítulo da guerra social contra os trabalhadores decretada pelo Governo.

O pão e o leite, alimentos básicos, tornaram-se mais inacessíveis à população trabalhadora.

É de um inqualificável cinismo e uma vergonhosa hipocrisia que o Governo, pela boca de Mário Soares, tenha logo de seguida garantido que não haveria mais aumentos e de imediato se tenham anunciado para 1 de Junho novos preços para os transportes e se preparem novas tabelas para o açúcar, a margarina, os sabões, as rações para o gado e outros produtos.

Uma nova subida dos combustíveis está no choco.

Os salários estão agora mais distantes dos inflamados índices do custo de vida, o drama das famílias dos trabalhadores há longos meses com os salários em atraso tornou-se mais angustiante, a massa crescente dos desempregados e das suas famílias vai ser fustigada ainda mais duramente pela miséria e a fome.

É um baixo insulto à situação de centenas de milhares de famílias as palavras de Soares na conferência de imprensa negando a existência da fome em Portugal.

O Primeiro-Ministro é daltónico, não vê a dura realidade de vastas camadas da população portuguesa que vive abaixo dos índices de miséria. Para Mário Soares a fome ou é à maneira dos Biafras ou não existe!

O facto de mais de um milhão e quinhentos mil reformados e pensionistas receberem pensões inferiores a metade do salário mínimo nacional não o perturba nem comove nada.

A estes reserva ainda o Governo dentro em breve o gravame principal do aumento das rendas de casa.

Soares mente ainda quando justifica os aumentos com a subida do dólar.

As terras produtivas da Reforma Agrária são roubadas, milhares de hectares entregues de novo à incúria dos grandes agrários ou de reservatários absentistas, são mantidas incultas obrigando a importações maciças de produtos alimentares, em particular de cereais.

Aos produtores portugueses de batata de semente foi deixado apodrecer em grandes quantidades por falta de escoamento um produto que obrigou depois a um anormal recurso à importação.

Tubérculos atacados de sarna, desnecessariamente importados foram impostos aos produtores e lançados à terra e estão agora a secar batatais inteiros, arruinando em vasta escala e sem indemnizações milhares de pequenos e médios agricultores.

Soares e Mota Pinto, como bons aliados de Reagan e dos Estados Unidos, submetem primeiro a economia portuguesa à ditadura do dólar e vêm depois justificar os aumentos com a subida das cotações do dólar. Fazem o mal e a caramunha.

Soares tem outras sinistras coisas na manga quando diz que o problema dos trabalhadores portugueses não é de mais dinheiro e salários mais elevados mas de novos empregos.

Dorme nas intenções de Soares o hipotético aumento da massa salarial pela via do hipotético aumento de empregos que a realidade desmente, mantendo e impondo ao mesmo tempo a curva descendente dos salários reais.

A nova reunião de Mário Soares com os industriais do Norte ilumina a outra face da política do Governo, as suas intenções liquidacionistas das grandes transformações democráticas operadas pela Revolução de Abril, a sua aliança de facto com o grande capital.

Mário Soares tem pressa de restituir aos antigos monopolistas os sectores básicos da economia portuguesa que o 25 de Abril nacionalizou e a Constituição Portuguesa consagrou e consagra.

O recuo das exigências do PSD na questão da remodelação do Governo foi claramente compensado com novas cedências ao restauracionismo do poder dos monopólios, confessadas por Mário Soares no Porto e pela prometida revisão das leis laborais, designadamente das leis da greve e dos despedimentos.

As prometidas «reformas estruturais» outra coisa não são senão a entrega pura e simples ao capital privado das empresas mais lucrativas do sector público e nacionalizado.

Soares vem com a estafada teoria dos «operários accionistas» destinada a garantir e disfarçar o domínio social dos grandes monopolistas, a velha balela da «democratização do capital» que os fascistas tentaram ensaiar em Portugal e que deu naturalmente em droga nos países mais desenvolvidos.

Soares promete aliviar a «tarraxa» dos impostos e das taxas de juro com base na redução efectiva de alguns défices financeiros, motivados não por medidas de fundo do Governo mas pela recessão.

***A recente subida do dólar e das taxas de juro americanas e a correspondente desvalorização do escudo acarreta* de facto para Portugal uma pesada carga adicional no pagamento dos juros da nossa dívida externa e é um desmentido à «generosa» promessa de Soares aos industriais do Norte.**

Que aqueles que acreditam na «opção europeia» de Soares, que fala como se estivesse já nos braços da CEE, ou nos «milagres» do FMI, abram a tempo os olhos.

As concessões dadas por Mário Soares e Mota Pinto à banca estrangeira na abertura à «privada» em Portugal, principalmente à banca americana dos Rockefeller, Morgan e outros, que Carlucci veio seguramente consolidar na visita a Portugal, colocarão, se não forem atalhadas por uma necessária mudança de política e de governo, a direcção efectiva da nossa actividade económica e financeira nas mãos dos senhores do FMI, canalizarão para eles o fluxo principal dos lucros da nossa actividade produtiva, conduzirão ainda mais depressa à ruína e à liquidação social como classe a massa dos industriais não monopolistas portugueses.

Ao mesmo tempo os pequenos e médios agricultores e comerciantes verão agravar-se a sua situação a limites insustentáveis, os seus interesses espezinhados, serão impiedosamente atirados em massa para a falência e a ruína. Só a luta os pode salvar.

No sector da agricultura os planos do Governo são verdadeiramente sinistros, em particular nos que se referem à Reforma Agrária.

Mário Soares bordou novas ameaças às UCP's/Cooperativas a propósito de uma nova lei da Reforma Agrária e da «redução do seu perímetro» — nova maneira de expressar a sua destruição.

É o súbito agravamento da política de direita e pró-monopolista de Mário Soares e do seu Governo, em particular a intensificação da guerra social contra os trabalhadores nos últimos dias, que determina e exige uma enérgica resposta de massas do movimento operário, popular e democrático.

A imediata reacção das congressistas do MDM contra os aumentos decretados no último domingo, que motivou o numeroso desfile de centenas de mulheres até ao Ministério do Comércio para a entrega da moção de protesto aprovada no Congresso, é uma acção de grande significado da parte de um sector da população que mais directamente sofre os efeitos da ofensiva do Governo.

A convocação de uma grande concentração nacional em Lisboa para o próximo dia 2 pela poderosa central sindical unitária dos trabalhadores portugueses — a CGTP-IN — constitui uma primeira grande resposta de massas de âmbito nacional às medidas de agravamento do custo de vida decretadas no domingo pelo Governo Soares/Mota Pinto.

É uma necessária grande jornada de luta que não pode deixar de recolher e dar expressão ao profundo descontentamento popular contra a política do Governo, vinda na sequência das poderosas manifestações do 25 de Abril e do 1.º de Maio e de grandes lutas de massas, dos trabalhadores, agricultores e comerciantes, que no plano nacional tiveram expressão nos últimos dias.

A política do Governo atinge os interesses basilares do povo, é um permanente atentado contra os direitos e liberdades conquistadas pelo 25 de Abril, põe em grave risco as conquistas democráticas fundamentais da Revolução.

A necessidade de uma nova política e de um novo governo tornou-se a reivindicação política mais importante e imediata do Povo português na sua esmagadora maioria.

Uma vigorosa e audaciosa iniciativa política se coloca como tarefa premente a todos os portugueses democratas.

***Uma alternativa democrática* que desbrave o caminho *para a solução dos graves problemas nacionais* e ponha à *frente do País um Governo Democrático de Salvação Nacional* é uma exigência inadiável da democracia portuguesa e da continuação do 25 de Abril.**

No dia 2 nenhum português democrata e patriota deve ficar em casa.

A demissão deste Governo antipopular é a tarefa política número um do momento presente.

Associação de Municípios ou organismo governamental?

«Demonstração inequívoca de isolamento dos partidos do Governo», foi como o PCP classificou o que se passou no último fim-de-semana, na Figueira da Foz, durante o Congresso Nacional dos Municípios, sublinhando os delegados comunistas participantes no Congresso que este representou para tais partidos «uma profunda derrota política».

A imprensa, na generalidade, já se referiu ao Congresso e aos seus resultados. E o curioso não é que cada órgão à sua maneira tenha comentado tais resultados — com o pasquim fascistóide «O Dia» embandeirando em arco e titulando «Comunistas foram derrotados para a Associação de Municípios»... O mais curioso é que no «Semanário», publicado no sábado — e escrito obviamente antes de ter início o Congresso —, já se anunciava a «derrota» dos comunistas: «as cartas estão já dadas», pode ler-se, «os comunistas não participam nos órgãos directivos, os sociais-democratas ficam com a presidência da direcção e os socialistas com a direcção»...

O escrevinhador de tais linhas não será nenhum zandinga mas revelou «ver» para lá do tempo. É que o acordo de bastidores havia sido estabelecido entre o PS, o PSD e o CDS, numa «convergência democrática» que terá deixado deliciados os apoiantes dos defuntos Sá Carneiro e Amaro da Costa... Tal acordo de bastidores, denunciado por Ilda Figueiredo, do PCP e membro da Comissão Organizadora, perante os congressistas, foi confirmado pelo silêncio destes. Ninguém ousou desmenti-la.

ANMP representa o quê?

Portanto, os jogos de bastidores obtiveram a sua confirmação no fim-de-semana passado. A Mesa foi para Abílio Curto, do PS; o Conselho Fiscal para Vieira de Carvalho, do CDS; o Conselho Directivo para Torres Pereira, do PSD. Estas as preferências. No que toca ao Conselho Directivo, aí ficaram também Luís Monterroso, PS, Sá Fernandes, PSD, Narciso Miranda, PS e Dias Coimbra, CDS. Apesar de a Comissão Organizadora ter sido constituída paritariamente, e de este princípio haver presidido à preparação do Congresso, tal princípio foi apenas defendido pela APU, que foi afastada dos órgãos dirigentes da ANMP, embora, em votos expressos, aparecesse como segunda força...

A Associação de Municípios representa-os afinal, ou representa os interesses governamentais que acabariam por ganhar? A coligação formada entre os partidos do Governo, com o apoio e o proveito do CDS aponta para um organismo onde vai certamente imperar o interesse do executivo. No entanto...

Os comunistas apontaram como outro «traço significativo do Congresso» o facto de se ter registado «a vitória política das posições de unidade, de consenso, da defesa intransigente dos interesses do Poder Local». Como? A declaração dos delegados do PCP esclarece que, «embora não tendo votações maioritárias expressas», tais posições «tiveram elevadas percentagens de votação (cerca de 30 por cento dos votos validamente expressos para os órgãos da Associação) e um apoio político muito superior ao expresso nas votações, verdadeiramente manipuladas e intimidatórias a que se assistiu».

Para além do mais, no quadro de votações para tais órgãos, facilmente se chega à conclusão de que, em todas elas houve sempre cerca de 40 votos, entre brancos e nulos, que não alinharam com as posições governamentais, embora não houvessem pretendido expressar uma transferência clara para o lado da Aliança Povo Unido.

A manipulação

Apesar de todas as combinações e manipulações evidentes, a aliança dos três partidos revelou bastante medo que tudo se desmanchasse ao menor sopro, ao menor buraco. Exemplo desse medo foi o facto de as votações que os estatutos previam efectivar-se de braço no ar fossem assim feitas, ao passo que aquelas que **podiam** ser efectuadas por voto secreto tenham finalmente sido feitas também de braço no ar — não fosse algum voto perder-se no segredo.

Com efeito poderiam ser votadas secretamente as deliberações cujo secretismo fosse requerido por um mínimo de 50 delegados — e tal foi requerido por 53 congressistas. Mas o congresso votou desfavoravelmente o requerimento! E a mesa começou a votação, para que os congressistas não tivessem dúvidas!

«O atropelo mais grave», como acentua a declaração dos delegados comunistas, «que culminou todo o vergonhoso processo de irregularidades foi a aceitação fora do tempo, pelos membros da Mesa, representantes do Governo PS/PSD com o apoio do CDS, das suas próprias listas de candidatura. A este propósito, o então Presidente da Mesa, PPD, teve o arrojo de mentir ao Congresso ao afirmar que as duas listas entraram a tempo quando todos os congressistas souberam que tal facto era falso».

Entretanto a mesma declaração dos delegados comunistas não deixa de comentar, por outro lado:

«Nós não confundimos o grupo de fiéis servidores do Governo que se prestaram a assumir os métodos antidemocráticos ilegais, com o conjunto dos delegados das autarquias ao Congresso independentemente da forma como votaram. Em relação a estes reafirmamos que manteremos sempre a mesma disponibilidade para o diálogo e para a acção comum em defesa do Poder Local e das populações.»

ÁLVARO CUNHAL *NA RDP/ANTENA I*

O secretário-geral do PCP é hoje entrevistado sobre a actual situação política no programa «19/20 – Informação e Música», transmitido a partir das 19 horas pela RDP/Antena Um.

APU alerta
PS não é dono de Guimarães...

Na CM de Guimarães — cuja instalação, como se sabe, foi atrasada pelo caso de Vizela — tudo parecia de início correr segundo as boas regras da transparência democrática. As informações das reuniões da Câmara continuam aliás a ser enviadas com regularidade para os jornais, e da sua leitura se poderia inferir que ali a vereação funciona no seu todo **para** a população. São cinco eleitos — 3 de PS, dos quais um o presidente da CM, só estes a tempo inteiro, 1 da APU e 1 da UD.

Recentemente, porém, na sequência de declarações públicas dos eleitos do PS acusando o vereador da APU de nomeadamente ultrapassar as suas competências, viu-se este obrigado a produzir uma declaração, com o propósito de esclarecer «quem impede quem de trabalhar», quem ultrapassa quem, quem trai as regras do funcionamento democrático. Na sequência, foi aprovada a realização de uma reunião de todos os vereadores para estudar e sanar conflitos e a instabilidade, que aliás não afecta unicamente o vereador da APU mas toda a vereação.

O caso mais falado — e desmontado pelo vereador da APU — é o do encerramento da R. de Santo António ao trânsito automóvel, excepto a transportes colectivos. Resultou de uma sua proposta (é o vereador do pelouro), **aprovada em reunião da Câmara e objecto de edital assinado pelo presidente.** Dizer-se que foi «ultrapassagens de competências» só pode significar (mais) uma tentativa de se apropriar, o PS, de toda a gestão, enganar a opinião pública e «encurralar» a APU — como vem sendo tentativa do PS por todo o País. Prova, é o facto de uma petição de taxistas para usarem a artéria ter ficado num vereador do PS — e escamoteada ao vereador do pelouro...

Entretanto, em reunião de Câmara já havida, esta reafirma a posição que consta do edital (uma experiência de 45 dias), ao mesmo tempo que decide (proposta da APU) contratar um perito em tráfego para elaborar um plano geral de trânsito na cidade.

É, pois, um processo limpo.

Há outros, por esta Câmara, que o não são: o caso da contratação de um médico (do PS...) contra a opinião dos vereadores e deliberando o PS sem *quorum*; o de um advogado (do PS...); e, noutro plano, de questões como o protocolo sobre o encerramento da linha Guimarães-Fafe, igualmente lesivos dos interesses da população, nos quais a CM, **no conjunto,** é posta perante factos consumados.

Para o vereador da APU não são assim unicamente as suas competências que são postas em causa: é o funcionamento geral da Câmara. E a sua proposta de clarificação mais não visa que «contribuirmos todos para a superação da crise» aí aberta, e, no respeito mútuo, «congregar vontades e corresponder aos anseios, necessidades e esperanças que os vimaranenses nos confiaram».

Avante!
Proletários de todos os países, UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL.* Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 769744 769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 769725 769722.

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 – 2.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828 779825 769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 693908 699615.

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra Tel. 28394.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 766402.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 776936 776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.

Composto e impreso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/84

Tiragem do mês de Abril: 45 700

Nacional

AUMENTO DOS PREÇOS

REPÚDIO GERAL E PROTESTO POPULAR

• Marcada concentração nacional para 2 de Junho no Terreiro do Paço

O anúncio dos novos aumentos de preços, decretados pelo Governo, desencadeou imediatamente várias formas de protesto popular. Indignação e revolta constituem o traço mais geral desse protesto. Exigindo a anulação dos aumentos, que incluem como se sabe, produtos indispensáveis, entre eles o pão, o leite, o açúcar, e serviços como os transportes, logo na segunda-feira de manhã, os trabalhadores organizavam manifestações de rua, em Lisboa e no Barreiro. Para «concretizar acções de resposta às decisões tomadas pelo Governo», a comissão executiva da CGTP-IN reunia-se anteontem, enquanto surgiam nos órgãos de comunicação social nomerosas tomadas de posição expressas pelo movimento sindical unitário e pelo movimento democrático e popular. No sábado, em nota da SIP (ver esta página), o PCP protestava energicamente contra os novos aumentos de preços, que considera «um factor de revoltante degradação da situação social e de criminosa espoliação da população».

Os aumentos situam-se, para já, entre os 18 e os 20 por cento, em média. É de reter, no entanto, que, com Soares e Mota Pinto, **o leite aumentou 120 por cento em menos de um ano**. Merece destaque também o facto de que os aumentos já anunciados vão inevitavelmente reflectir-se, se não forem travados, nas massas alimentícias, bolachas e rações. Por outro lado, os aumentos previstos para as oleaginosas vão encarecer ainda mais os óleos, os sabões, as margarinas.

Os aumentos em cadeia, incluindo os transportes, vão entrar num ritmo assustador. Se os agora decretados pelo Governo não forem anulados, a seguir serão inevitavelmente ainda mais elevados os preços da água, dos adubos, dos telefones.

Alguns produtos indispensáveis têm já um preço insuportável. É o caso do leite. Veja-se o quadro que junto publicamos.

Nada animador. O mesmo se passa com os transportes. Com o anunciado aumento de 20 por cento a partir de 1 de Junho, as tarifas encarecem **55 por cento em nove meses**. Um passe **L** (cidade de Lisboa) que custava 850 escudos antes de Setembro de 1983 pode passar agora para 1320 escudos, um **L-1** de 1120 escudos aumentará para **1750 escudos**, um **L-2** de 1350 para **2100 escudos**, e um **L-3** de 1540 para cerca de **2400 escudos.**

Nós dizemos não!

«*Nós dizemos não!*», protestam num folheto do dia 19 as

LEITE 1 LITRO	Até Junho 1983	1.º aumento Soares/Pinto (83)	2.º aumento Soares/Pinto (83)	3.º aumento Soares/Pinto (84)	Aumento total %
Pasteurizado	17$50	24$00	33$50	38$50	+ 120%
Ultra pasteurizado	26$50	33$50	39$50	47$50	+ 80%

Comissões Contra o Custo de Vida de Lisboa.

A Comissão de Utentes dos Transportes Colectivos da Região de Lisboa, no seguimento de outras iniciativas recentes, lançava um abaixo-assinado que, só na segunda-feira, na estação de Algés, recolhia para cima de 1300 assinaturas de protesto.

No Barreiro, largos milhares de trabalhadores, muitos deles sem salários há meses, ocupavam simbolicamente, em sinal de luta, diversos departamentos e empresas públicas. Os trabalhadores organizaram um desfile pelas ruas da cidade, depois do protesto simbólico com breve ocupação da Caixa Geral de Depósitos, União de Bancos, Montepio Geral, Repartição de Finanças, Cartório Notarial, Registo Civil e Câmara Municipal. Os transportes paralisaram.

A degradação acelerada das condições de vida, agora submetida à escalada dos preços, era também alvo de protestos da União dos Sindicatos de Lisboa, da União dos Sindicatos de Portalegre, da União dos Sindicatos de Setúbal, do Porto e de outras regiões do País, que programaram várias acções de protesto e luta contra os aumentos.

Na vila de Campo Maior houve uma concentração de protesto. Para hoje foi marcada uma em Cascais. Organizações de trabalhadores nas empresas, designadamente públicas e nacionalizadas, tomavam por sua vez posição contra os aumentos.

Recorde-se que, nos primeiros quatro meses deste ano, os preços aumentaram na generalidade 31 por cento relativamente ao mesmo período de 1983. Todos perguntam: «Quem aguenta?» e reafirmam que «é impossível viver assim».

O Governo PS/PSD e a sua política levam o País à ruína e o povo à miséria. Posições de trabalhadores da CP, presentes na Câmara do Barreiro, segunda-feira passada, durante as acções de protesto popular, lembraram, numa resolução aí aprovada, que há «cerca de 20 mil trabalhadores com salários em atraso no distrito de Setúbal», que «dezenas de empresas estão ameaçadas de falência e outras já completamente encerradas», que há «ameaças de milhares de despedimentos», juntamente com «as tentativas de entregar ao capital privado empresas e sectores nacionalizados».

No mesmo sentido se manifestam as organizações sindicais dos transportes, designadamente a Federação dos Sindicatos (FESTRU), que sublinha a disposição de luta contra o pacote dos aumentos: «mais um agravamento insuportável das condições de vida das populações e uma nova quebra no salário real dos trabalhadores».

Sectores industriais como a metalurgia e a metalomecânica, a química, o material eléctrico e electrónico, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e outras organizações sindicais e populares ligadas aos serviços juntaram também o seu protesto contra os aumentos PS/PSD.

Concentração nacional

Depois da reunião de anteontem, a comissão executiva da CGTP-IN anunciava para o **próximo dia 2, sábado**, «uma concentração de carácter nacional», em Lisboa, a fim de protestar contra o agravamento da situação político-social, designadamente no que respeita à carestia de vida.

No Porto: Pela habitação

Por iniciativa da Associação Juvenil de Campanhã, realiza-se amanhã, a partir das 17 e 30 horas, na Praça da Liberdade no Porto, uma concentração-acampamento pelo direito à habitação. Jovens da cidade estão preparados para montarem as suas tendas em plena baixa do Porto, em sinal de protesto pela grave situação da habitação, que atinge particularmente os jovens casais e a juventude em geral.

A iniciativa recolheu já o apoio de várias comissões de jovens, de associações de estudantes e de trabalhadores-estudantes, de associações e comissões de moradores e do departamento de jovens da União de Sindicatos do Porto.

Num manifesto distribuído à Comunicação Social, a Associação Juvenil de Campanhã exige medidas contra o **aumento das rendas de casa em preparação**, medidas com vista à construção de habitação social, contra a especulação imobiliária, que garantam às Cooperativas, Associações e Comissões de Moradores o apoio indispensável à realização dos seus objectivos, que todos os programas de habitação social reservem nos respectivos concursos um mínimo de 10% para os jovens casais.

Quebra vertiginosa do poder de compra

Dois extractos de estudos sobre salários e impostos nos últimos dez anos revelam que entre 1975 e 1984 «o salário médio real baixou 37 por cento em Portugal» e que, no mesmo período, os impostos profissional e complementar aumentaram mais de mil por cento. «Deduzindo no salário médio anual ilíquido todos os impostos pagos pelos trabalhadores, bem como os descontos para o Fundo de Desemprego e Segurança Social, verifica-se que aquele (salário) subiu entre 1975 e 1984 apenas 281,3 por cento, enquanto que os **preços no consumidor aumentavam pelo menos 507 por cento, isto é, o salário real médio, deduzidos todos os impostos e contribuições, sofreu em dez anos uma quebra de 37,1 por cento»**. Nesta descida vertiginosa do poder de compra, «66 por cento cabem ao aumento dos preços e 44 por cento são da responsabilidade da carga fiscal e parafiscal», acrescenta a Inter nas conclusões, que publicou com base em dados oficiais. «Entre 1975 e 1984, **os impostos directos sobre os salários (profissional e complementar) passaram de 2000 para 25 600 escudos**, em média por trabalhador, ou seja, aumentaram 1268 por cento (12,5 vezes) em 10 anos».

Ao fim de um ano de desgoverno
Mais um impiedoso ataque às condições de vida da população

Logo no sábado, dia 19, ao ser anunciada a nova escalada contra o poder de compra da população, a Secção de Informação e Propaganda (SIP) do PCP, emitia a seguinte nota:

«1. Os gravosos aumentos de preços de bens e serviços essenciais (pão, leite, açúcar, transportes, etc.) anunciados subitamente pelo Governo constituem mais um impiedoso ataque às condições de vida da população, já em situação de extremo e doloroso agravamento ao fim de um ano de Governo PS-PSD.

«2. Contidos durante algum tempo, em resultado da luta popular e do amplíssimo descontentamento e oposição à política governamental, estes novos aumentos de preços traduzem não uma qualquer inevitabilidade, mas o resultado de uma política económica e social tão ruinosa como obstinada em fazer os trabalhadores e a população laboriosa pagarem o preço da reconstituição acelerada das grandes fortunas e do poder do grande capital sobre a economia portuguesa.

«3. Os novos agravamentos de preços, a consumarem-se, além de serem um factor de revoltante degradação da situação social e de criminosa espoliação da população, impulsionariam uma nova escalada altista da generalidade dos bens, produtos e serviços essenciais (num momento em que a inflação, nos 4 primeiros meses deste ano, já atingiu 30,9 por cento em relação a igual período do ano anterior), provocariam uma ainda maior retracção do mercado interno com a consequente restrição das actividades produtivas e só poderiam conduzir a uma séria agudização dos problemas de fundo da economia nacional.

«4. Com tais medidas, o Governo PS-PSD volta a confirmar, com notória brutalidade, o seu completo desprezo pela angustiante situação e extremas dificuldades que a maioria das famílias portuguesas quotidianamente enfrenta, confirmando também que da continuidade do actual Governo só se poderia esperar mais dificuldades, mais miséria, mais descalabro económico.

«5. Tais medidas selvaticamente dirigidas contra interesses vitais da população laboriosa encontrarão certamente pela frente uma vigorosa resposta popular e não deixarão de suscitar um amplo movimento de protesto e oposição aos novos aumentos.

Perante este novo ataque do Governo às condições de vida das populações, é imperioso que os cidadãos tenham clara consciência de que está nas suas mãos e na força da sua luta fazer recuar e derrotar uma política e um Governo que empurram conscientemente o povo e o País para uma situação de verdadeiro desastre nacional.»

Assembleia da República

A pressa... de voltar atrás

Nos intervalos que as alterações ao Regimento deixam, vêm a plenário outras matérias, entre as declarações políticas dos raros períodos de antes da Ordem do Dia, as propostas governamentais que visam reforçar o poder do executivo, projectos avulsos deste e daquele partido que conseguem arranjar uma brecha por onde se enfiarem. Aparecem como que para justificar o poder legislativo da Assembleia. Na semana transcorrida avulta ainda, entre todos as matérias discutidas e votadas, a aprovação de todas as propostas de passagem de vila a cidade, e de povoação a vila. Ao mesmo tempo, a prevista criação de meia centena de novas freguesias foi congelada. Apenas porque o Governo — e os partidos que o apoiam — se lembrou que tal medida implicava eleições a curto prazo. Os resultados obtidos nas freguesias que recentemente realizaram eleições não é encorajador para o Governo e, sobretudo, para o PS.

Este «escândalo», como classificou Carlos Brito o impedimento colocado à criação das freguesias, em intervenção de que publicamos hoje extractos, não teve justificação por parte dos partidos da coligação. Almeida Santos foi a São Bento para reunir-se com ambos os grupos parlamentares e pronto, ficou decidido — cria-se as freguesias no papel, mas na realidade a concretização desse acto fica adiado para daqui a meses.

Entretanto, para acrescentar mais colorido e pitoresco a esta coligação para a qual a Assembleia é cada vez mais uma caixa de ressonância do Governo e uma verdadeira «correia de transmissão» das vontades por vezes contraditórias dos governantes, o presidente do grupo parlamentar do PSD, em texto distribuído à imprensa, a propósito das constantes faltas de quórum na AR, desfere ataques ao Governo, ao PS e ao próprio PSD.

«Ineficácia dos governantes», «atraso» na «remodelação governamental», «bloqueamentos do PS», «jogos cruzados» «no interior do PSD»... — Condesso desfez-se em acusações que ficaram a cheirar muito a jogada pessoal. Mas a jogada acabou por ter os seus efeitos «positivos». Pelo menos, o quórum deixou de faltar nos dias seguintes. Até à próxima.

No dia seguinte, depois de um período de antes da Ordem do Dia que também foi polémico e animado, o Regimento voltou a ocupar os trabalhos. E, ao mesmo tempo, votou-se, finalmente os representantes do PSD e do CDS para o Conselho de Defesa Nacional, para o Conselho de Comunicação Social e para o Conselho Nacional do Plano, afastados que foram os anteriores candidatos que causavam engulhos a muita gente (Ângelo Correia e Nandim de Carvalho).

O animado do PAOD ficou a dever-se ao cêdêésse Nogueira de Brito quando, quase a convite de Carlos Lage, do PS, declarou que vai apresentar uma moção de censura ao Governo. Isto no seguimento de uma intervenção crítica à acção governativa. Na crítica, também se ouviu a voz do deputado comunista João Paulo que, em traços gerais, falou da situação que vive o sector da metalurgia no nosso país. Um panorama sombrio em que «as empresas nacionalizadas ou com participação do Estado, vêem adiados ou conscientemente boicotados os planos de viabilização e investimento. As pequenas e médias empresas são asfixiadas e empurradas para a falência, sacrificadas no altar dos interesses do grande capital».

O deputado do PCP denunciou ainda, no plano social, «a desastrosa política do Governo e do grande patronato», que acusou de provocar graves consequências «que vão desde o não pagamento de salários e outros subsídios ao aumento escandaloso dos contratos a prazo, aos despedimentos e à limitação das liberdades sindicais, e ao aumento das discriminações e outras formas de repressão».

Anteontem, outro raro momento «legislativo», surge no plenário um conjunto de iniciativas — da ASDI e do Governo — cuja finalidade será a de conceder ao Governo maiores meios para que essas limitações às liberdades se reforcem. Era o caso do projecto da ASDI sobre a «defesa dos direitos do homem perante a informática» e da proposta governamental sobre «tratamento automatizado de dados de carácter pessoal», que subiram a plenário acompanhados de uma proposta de resolução que «aprova para ratificação a Convenção para a protecção das pessoas relativamente ao tratamento automatizado dos dados de carácter pessoal». Está-se mesmo a ver a pressa com que tais iniciativas vão à AR, num momento em que o Governo se apetrechou com uma «lei de segurança interna»...

Tal pressa foi denunciada nomeadamente pela deputada do PCP, Odete Santos, que sublinhou terem aparecido estas iniciativas num «momento de ataque feroz às liberdades dos cidadãos».

«Dir-se-á», afirmou a deputada, «que a proposta governamental reproduz o que a «AD» preparava. Que é o fruto de uma equipa que vem muito de trás. Talvez seja este o problema! Ecoa neste texto a filosofia, o espírito e as preocupações daqueles que num belo dia do ano de 1973 presentearam o País com a instituição do número nacional único que o 25 de Abril suspendeu e a Constituição proibiu».

Mas esta maioria e este Governo estão apostados em desenterrar fantasmas. Eles lá andam, todas as semanas, pelos corredores de S. Bento. Mas os comunistas lá dentro, os trabalhadores e os democratas cá fora, afirmam que são passos perdidos.

Carlos Brito: «O pavor do veredicto popular»

O camarada Carlos Brito, presidente do grupo parlamentar comunista, proferiu na semana passada uma intervenção, aquando do debate sobre a criação de novas freguesias. Publicamos alguns extractos dessa intervenção, feita já depois de se saber que os partidos da coligação governamental iam «congelar» a criação das freguesias, receosos de eleições.

(...) O Governo e a coligação governamental não têm argumentos com que possam explicar a razão porque deixaram crescer a expectativa entre as populações interessadas, para no último momento as reduzirem à mais profunda decepção, se não a incompetência e o desrespeito pelos compromissos assumidos e pelos direitos e aspirações do povo português.

O Governo e a coligação governamental podem argumentar que são outras as dificuldades, incluindo as de natureza orçamental. Mas são falsos estes argumentos pois é sabido que as freguesias só indirectamente beneficiam do orçamento do Estado e que em qualquer circunstância entre a realização dos trabalhos para a sua constituição e a entrada em vigor do orçamento para 1985 pouco tempo mediava, mesmo que fossem hoje objecto de aprovação final.

O Governo e a coligação governamental podem argumentar que se trata apenas de uma nova baixa à comissão e que em breve se fará a aprovação definitiva em plenário das novas freguesias. Mas é sabido que foi já assim que este Governo e esta coligação procederam em relação à chamada Lei Quadro dos Municípios e aos projectos sobre Vizela. Estão no poço da comissão desde 19 de Outubro de 1983, e nesse dia ouvimos juras e palavras de honra que dentro de três semanas subiriam e seriam votados em plenário. De que valeu tudo isto? O Governo e a coligação querem agora atirar para o poço do adiamento estes 51 projectos de criação de novas freguesias e jurarem o que juraram e para lá os deixarem por longos meses, pelo menos.

Com efeito, a súbita reviravolta dos partidos da coligação governamental tem uma única razão profunda: o seu pavor, particularmente do PS, do veredicto popular expresso em mais de uma centena de eleições intercalares cobrindo as mais variadas regiões do País.

Recorde-se que nos termos da Lei 11/82 todas as eleições terão que se realizar no prazo máximo de 105 dias após a publicação das leis que criam as novas freguesias.

Quando o Governo e a coligação governamental se deram conta de que iam ser submetidos a um juízo popular tão generalizado, a uma amostragem tão significativa da atitude do povo português para com a acção governativa recuaram, cheios de pavor, seguros da derrota certa. É que entretanto se acumularam as derrotas especialmente do PS, em todas as eleições intercalares para as autarquias, ressoando com especial dureza para a coligação os nomes de S. Pedro da Cova e S. João da Madeira. Provavelmente o Governo tem também resultados de sondagens que não mais animadores.

Mas a questão que se pode colocar a partir de agora é a da legitimidade deste Governo e desta coligação governamental que fogem a sete pés, ofendendo gravemente a Assembleia, o povo e o País quando lhes cheira que pode haver eleições para um grande número de freguesias no prazo de três meses.

A legitimidade é nenhuma. E se o Primeiro-Ministro vier aqui com uma Moção de Confiança, depois da atribulada remodelação ministerial, se conseguir fazê-la, em vez de um discurso, apetece responder-lhe com as poucas palavras que são necessárias para dizer «vão para casa!» que o País precisa de ser governado mas por quem não teme o veredicto popular, o País precisa de mudar de política. Na verdade, seria difícil encontrar um exemplo mais flagrante de como são as contradições, as dificuldades, as incapacidades e até as rivalidades da coligação governamental que bloqueiam a Assembleia da República e paralisam o País.

Mais uma vez fica posto a nu que a baixa produtividade dos trabalhos parlamentares e a ineficácia da Assembleia da República quando se verifica não se deve ao regimento democrático que a tem regido até agora, nem à pretensa obstrução dos partidos da oposição especialmente do PCP. Vê-se perante este exemplo clarinho quem é que faz obstrução, quem é que impede qua a Assembleia da República vá ao encontro das aspirações e dos problemas do povo e do País.

Podiam repetir-se múltiplos outros exemplos.

Esta grave cambalhota dos partidos da coligação governamental chamam à memória da Assembleia da República a legislação recentemente publicada pelo Governo, feita à revelia da Assembleia e contra a opinião manifestada pelas autarquias, cujo carácter fortemente centralizador representa uma séria ameaça contra o Poder Local democrático. (...)

PCP

Álvaro Cunhal no Alentejo e na Beira Litora[l]

• BALEIZÃO — *Exemplo de Catarina inspira luta pelo pão e o trabalho*

Trinta anos passaram sobre a assassínio de Catarina Eufémia. Um tenente — Carrajola, assim se chamava —, disparou então, fria e cruelmente, à queima-roupa, sobre o seu corpo jovem quando encabeçava um grupo de homens e mulheres que exigiam apenas melhores salários e melhores condições de vida para si e para os seus.

Os anos passaram. Muitas coisas mudaram.

Mas o crime ficou. E ficou gravado para sempre por dois motivos: por um lado, como a marca indelével de um regime que oprimiu e tiranizou o nosso povo durante 48 anos; por outro, como símbolo da coragem, da dedicação sem limites e da dignidade de uma combatente comunista.

Ao evocar a memória de Catarina os milhares de presentes, provenientes das mais diversas localidades do distrito de Beja, quiseram reafirmar publicamente serem dignos portadores do seu exemplo e coerência, serem os continuadores fiéis dos ideais e princípios pelos quais Catarina lutou e deu a vida.

Tratou-se no fim de contas de prestar uma rendida homenagem à Reforma Agrária e aos seus heróicos obreiros que souberam com esforço e dedicação operar as mais profundas alterações jamais realizadas nos campos do Alentejo e Ribatejo.

E no último dia 19, em Baleizão, os que por lá passaram para recordar Catarina, foram sujeitos e assistentes de uma bela jornada, ano após ano repedida mas sempre renovada e diferente.

Bem no meio da planície alentejana a aldeia apresentava uma feição diferente. Logo à entrada, nas bermas da rua principal, um infindável número de carros, autocarros e tractores com reboque davam conta da elevada presença de visitantes.

Interrompendo a pacatez do lugar, o movimento desusado de pessoas, as bandeiras vermelhas e os cravos, enchiam as ruas. Particularmente intensas as que davam acesso ao largo onde se realizaria o comício e as que davam ao cemitério, uns bons metros distante e, no ponto mais alto da pequena aldeia, local de onde tudo em redor se alcança até perder de vista.

Seria aliás no cemitério que decorreria o primeiro acto que evocou Catarina. Sobre a campa onde o seu corpo repousa, flores, muitas flores, testemunhavam a singela homenagem que todos lhe queriam prestar.

Foi o caso do secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal, que depois de depor flores e de cumprir um minuto de silêncio se dirigiu a pé para o local do comício seguido de uma pequena multidão que a muito custo lá ia rompendo ao longo do percurso devido às constantes manifestações de carinho e simpatia que envolviam o dirigente comunista.

Depois foi o comício. A evocação de Catarina.

Realizado no Largo que hoje tem o seu nome, mesmo em frente do Centro de Trabalho do Partido, na mesa do comício tomaram parte membros da organização local e regional do PCP, representantes da autarquia e das cooperativas da Reforma Agrária.

A anteceder a intervenção do camarada Álvaro Cunhal, que reproduzimos nesta página, usaram da palavra um militante do JCP que criticaria duramente a política antijuvenil do Governo e o camarada José Cheira, da Comissão Distrital de Beja e membro suplente do CC do PCP.

Passando em revista as repercussões que tem sobre a economia da região a política do Governo liderado por Mário Soares aquele camarada sublinhou que existem mais de 100 herdades abandonadas ou subaproveitadas nas mãos dos agrários enquanto existem milhares de trabalhadores no desemprego. Nos outros sectores as coisas não vão melhor e os efeitos da acção destruidora do Governo fazem-se também sentir duramente. É o caso, conforme referiu, dos salários em atraso em empresas como a José Pinto Caeiro, Lda., a Forma, SARL, a Bejagril, a Cooperativa Agrícola do Mira, ou a Beja-Obra, entre outras, e de despedimentos ou encerramento de empresas como aconteceu na Metalúrgica Alentejana que empregava 126 trabalhadores.

Chamando a atenção para as soluções apresentadas pelo Partido para os graves problemas existentes, designadamente o avanço do Alqueva e o aproveitamento racional e integrado das Pirites Alentejanas, o orador adiantou que se tais propostas fossem levadas em conta «a mão-de-obra disponível no distrito não chegaria» para satisfazer todas as necessidades.

Depois de referir que os trabalhadores aspiram a melhores condições de vida e desejam «viver em paz», José Cheira afirmou que tais objectivos só serão possíveis quando for corrido o Governo de Mário Soares/Mota Pinto e formado um novo governo com uma nova política que prossiga o Portugal de Abril.

Nesse sentido vai a luta firme dos trabalhadores. Afinal de contas a melhor homenagem que se poderá prestar a Catarina.

• VILA DA FEIRA — *Entusiasmo «abafou» a única presença [discor]dante*

Parecia que o comício já tinha terminado.

Os «vivas» finais ainda ecoavam no Lugar do Casal, ouvindo-se em quase toda a vila.

Mas, depois, as crianças que envolvem o secretário-geral do PCP na tribuna oferecem-lhe cravos vermelhos, flores de Abril.

Afinal, o comício ainda não terminara. Entre a assistência, não se vislumbra qualquer sintoma de «desmobilização». Pelo contrário...

E Álvaro Cunhal dirige-se de novo aos presentes:

«Estão certamente de acordo que ofereça estas flores a este Centro hoje inaugurado. E creio que estas flores no Centro de Trabalho do Partido Comunista testemunharão que as crianças põem aos comunistas deveres muito sérios para com elas. Nós, na verdade, lutamos pela libertação do nosso povo, mas temos sempre no horizonte que os nossos filhos, as nossas crianças terão uma vida melhor que os seus avós e os seus pais. E não pouparemos esforços, trabalho, sacrifícios, primeiro para assegurar o prosseguimento da democracia portuguesa, e depois, como no início deste comício alguns camaradas aqui proclamaram com o punho cerrado, é rumo ao socialismo que nós caminhamos.».

E mais adiante:

«Nós, comunistas, temos como tarefa actual, acima de tudo, defender as conquistas de Abril, defender os interesses dos trabalhadores, defender o regime democrático ameaçado, defender a independência nacional ameaçada, conseguirmos uma alternativa democrática em unidade com todos os patriotas que connosco queiram lutar e connosco queiram resolver os problemas nacionais. Mas nós, além de democratas, somos comunistas. Queremos um futuro de liberdade e queremos ao mesmo tempo para o nosso país uma sociedade sem exploradores nem explorados, uma sociedade socialista.

«E uma vez que recebemos aqui as flores das nossas crianças, eu creio, camaradas, que nós lutamos com a persistência e a confiança de que estas crianças viverão numa sociedade socialista, viverão num Portugal inteiramente liberto da exploração do homem pelo homem.».

Foi neste espírito de inabalável confiança e determinação — sintetizado nas palavras finais de improviso dirigidas aos participantes neste comício — que decorreu no último domingo a jornada festiva de inauguração do Centro de Trabalho do PCP em Vila da Feira, sede do maior concelho do distrito de Aveiro (31 freguesias e uma população de cerca de 110 mil habitantes).

Foi, sem dúvida, um dia de festa e de grande alegria para os comunistas da Feira, cujo entusiasmo «abafou» a única presença discordante: a do mau tempo. Que desde logo prejudicou o almoço de confraternização realizado nas instalações do Centro com largas dezenas de camaradas e amigos em convívio com o secretário-geral do PCP, que momentos antes tinha visitado as instalações do Centro de Trabalho, inteirando-se das excelentes condições e apresentação desta casa do Partido nas suas várias dependências e salas de trabalho, condições essas que uma simples imagem do exterior do edifício não consegue naturalmente revelar. Além das divisões que constituem a casa propriamente dita, o CT inclui espaços diversos com múltipla utilidade, incluindo zonas ao ar livre. A tudo isto, acrescente-se o carinho com que os comunistas de Vila da Feira se empenham na decoração, na limpeza e no aproveitamento deste Centro de Trabalho, para o qual decorre, entretanto, uma campanha de fundos em todo o concelho.

Ponto alto da jornada festiva foi o comício realizado junto ao CT, cerca das 15 horas. Presentes na tribuna a Comissão Concelhia do PCP da Vila da Feira, o presidente da Junta da Freguesia de Fiães, os camaradas da Comissão Política do CC Jaime Serra e Artur Vidal Pinto, membro suplente, e o secretário-geral do PCP, cujo discurso foi pronunciado de improviso.

Antes de Álvaro Cunhal falou o camarada Paulo Renato em nome da Comissão Concelhia do Partido, que, expressando os sentimentos de toda a organização, diria logo no início:

«Este dia é para nós muito importante. Inauguramos o nosso CT, que só se concretizou devido ao empenhamento da organização, ao apoio da direcção do nosso Partido, à ajuda de muitos militantes e simpatizantes.».

E mais adiante, sublinhou:

«Os primeiros grandes problemas que tivemos de vencer foram as tentativas da direita, que pressionando senhorios e proprietários, tudo fez para impedir a concretização da abertura de um Centro de Trabalho do PCP no concelho. Em Maio de 1983, há precisamente um ano, foi possível finalmente a compra desta casa, que se encontrava em ruínas e o terreno transformado num matagal impenetrável.».

Uma casa de lav[oura] bem restaurada

Depois de referir [...] rante este ano de [...] mento restaurámos [...] procurando manter [...] suas características de [...] lavoura desta região, [...] o terreno, construím[os] [...] lações sanitárias, ci[...] parte do terreno, co[...] uma grande sala de [...] aproveitando anexos [...] nas», o representante [...] missão Concelhia do [...] Vila da Feira, salien[tou] «com o trabalho volu[ntário de] muitos camaradas e a[...] PCP transformámos [...] CT num belo local de [...] e de convívio».

«Por outro lado», [...] tou, «iniciámos uma c[...] de fundos para o pag[...] as obras do CT, que [...] mento atinge já mais [...] contos. Há ainda mu[...] a realizar e para q[...] concretização seja [...] contamos com a co[...] de muitos mais cam[...] amigos do nosso P[...] prosseguimento [...] panha.»

E disse em seguid[a]: «Iremos obter do n[...] melhor aproveitame[nto] [...] vel, procurando levar [...] a Resolução Política [...] no X Congresso.

• ÍLHAVO — *Qualquer coisa de diferente no 131 da Rua Dir[eita]*

Havia qualquer coisa de diferente no movimento da Rua Arcebispo Pereira Bilhano, mais conhecida por **Rua Direita.** Desta vez, a monotonia domingueira quebrou-se e numa tarde diferente a festa aconteceu em Ílhavo, mesmo ali no coração da terra.

Antes da hora prevista (17 e 30), já se aglomerava em frente do n.º 131 da Rua Direita um grupo compacto de pessoas que, numa atmosfera de expectativa, aguardavam a chegada do secretário-geral do PCP e *o início da jornada festiva*: a inauguração do Centro de Trabalho anunciada com orgulho pelos comunistas do concelho de Ílhavo, uma nova casa ao serviço da população trabalhadora, da sua luta e da sua unidade.

Assim aconteceu. O momento que se aguardava correspondeu inteiramente às previsões. Havia ali muita gente interessada no esclarecimento político. Ouviu-se música tocada por uma banda incluindo jovens e adultos. Viveu-se a confraternização entre comunistas e outros democratas. E até o tempo deu uma ajuda, não chovendo naqueles momentos certamente inesquecíveis para muitos dos presentes.

Tudo começou com uma visita guiada, com a participação do camarada Álvaro Cunhal, às instalações do Centro de Trabalho, nos seus dois pisos. Bonita decoração. Esmero na apresentação das salas. Uma imagem de organização e empenho, com um cheiro a novo invadindo as salas e as dependências do Centro. Depois, um mini-comício *em que o secretário-geral do PCP, por força das* circunstâncias (rua muito estreita, o Centro à pinha) teve de falar da varanda, facto que motivou desde logo as suas primeiras palavras:

«Eu quero começar por dizer que isto não me dá muito jeito. Estamos cá muito em cima e os camaradas estão lá muito em baixo. Se fosse mais na horizontal era mais agradável, podíamo-nos entender melhor. Mas a casa não proporciona outra forma. Enfim, tem de ser assim.».

Vivamente saudado — muma constante desta sua passagem por terras do Distrito de Aveiro —, o secretário-geral do PCP afirmaria logo em seguida:

«Venho de Vila da Feira, onde foi também inaugurado um Centro de Trabalho do PCP. E também ali esse CT foi devido ao esforço e ao empenhamento não apenas dos comunistas, mas de muitos outros democratas e trabalhadores, que quiseram ajudar os comunistas a abrir o seu Centro.

«E esta afirmação tem particular importância no momento que atravessamos. Assim, como para a abertura de um Centro de Trabalho precisamos de estar juntos, homens, mulheres, jovens de boa vontade, também no momento que atravessamos no nosso país precisamos de estar juntos todos aqueles que queremos pôr fim a uma política que não serve nem o povo nem a Pátria e encontrar uma alternativa democrática para a política actual.».

Acrescentou Álvaro Cunhal neste seu breve improviso em Ílhavo, que dista 5 quilómetros de Aveiro e alberga uma população superior a 30 mil habitantes:

«Aqui no Distrito de Aveiro, no concelho de Ílhavo, como no concelho de Vila da Feira, os comunistas têm uma grande tarefa no que respeita ao esclarecimento do povo dos respectivos concelhos quanto à situação actual, uma vez que ainda há muitos trabalhadores, muitos habitantes, que têm ilusões àcerca dos partidos da direita, do Partido Socialista (e quando eu falo do PS não falo *de* **todos** *os socialistas, mas falo da política de Mário Soares* e daqueles que o acompanham) e muitos têm também ainda hoje muitas dúvidas, muitas reservas, àcerca da política do PCP. Por isso mesmo, um Centro de Trabalho representa um novo *instrumento* para que os comunistas possam contribuir para o esclarecimento das populações.»

Durante a sua breve intervenção, Álvaro Cunhal referiu-se à situação actual e às consequências da política do Governo para a vida das populações e para o futuro do País, apontando a necessidade da construção de uma alternativa democrática que altere o rumo da situação, resolvendo os grandes problemas nacionais. Diria a propósito que «se alarga cada vez mais a frente social e a frente política que pode dar uma base sólida para uma alternativa democrática».

O significado das recentes comemorações populares do

Ílhavo: tal como em V. da Feira um dia de festa!

25 de Abril, as eleições presidenciais e a unidade democrática foram de novo temas em foco nas palavras de Álvaro Cunhal, que salientaria já quase no fim da sua alocução: «Nós, comunistas, insistimos na necessidade da unidade dos democratas e patriotas, mas com a plena consciência — isto não é estreiteza partidária, não é falso orgulho do nosso Partido — de que os problemas nacionais só se podem resolver com os trabalhadores e nunca contra os trabalhadores, e isto significa também que os problemas nacionais só se podem resolver com os comunistas e não contra os comunistas, numa política anticomunista, louca e sectária que leva à divisão da sociedade portuguesa e não conduz à resolução de um único dos grandes problemas que o nosso país e o nosso povo defrontam».

Antes do breve improviso de Álvaro Cunhal, tinha-se registado a intervenção da Concelhia do PCP de Ílhavo, [...] marada Ismael Gri[lo] [...] forma sucinta aponto[u] [...] tivos de satisfação [...] zação do Partido no [...] desta inauguração:

«Esta satisfação [...] pela certeza de que [...] será um instrumen[to] [...] facilitar o nosso tra[balho] [...] seus variados aspec[tos] [...] sempre como objec[tivo] [...] sa dos interesses dos [...] dores (...)

«Outro motivo de sa[tisfação] [...] resulta de estarm[os] [...] *tejar a abertur[a] de um C[entro]* [...] cujas *instalações* [...] dade do *Partido*, s[...] poucos julgariam [...] quando em 1976 a[...] *mos o nosso primei[ro Centro] de Trabalho* porque [...] *mento da renda não* [...] tável pelas possibi[lidades] [...] organização.

«A nossa satisfaç[ão] [...] so orgulho são tamb[ém] [...] dos pelo facto de e[...] Partido ser, de algu[...] um monumento à u[...] cilmente poderíamos [...] esta casa, nestas [...] se não fosse o en[...] directo de democrat[as] [...] do Partido nas difere[ntes] [...] deste processo. Des[...] tituição da comissão [...] tro, passando pelo tra[balho vo]luntário e por dezen[as de con]tribuições financeiras [...] teriais».

Isamel Grilo reve[lou] [...] adiante que «foi o e[...] comunistas e de ou[tros demo]cratas que permiti[u] [...] até ao momento 710 [...] dos em donativos re[...] mais algumas dezenas [...] tos em materiais», s[...] por outro lado «o e[...] centenas de horas de [...] duro para adaptar e[...] hoje tão diferente de [...] meses atrás», realida[de possí]vel pelo esforço e a[...] dos comunistas e ou[tros anti]fascistas «em conjug[ação com] o apoio da direcção [do Par]tido».

A organização de Í[lhavo] [...] receu na ocasião pa[...] seu do Partido um p[...] vo ao dia ali vivido e [...] cado da inauguração [do] Centro.

Depois do comício, a [confra]ternização continuou, [...] de uma merenda, c[...] vras de confiança, de [...] e também de emoção [...] ladas com brindes pe[...] da actividade dos com[unistas] [...] da sua ligação às ma[ssas] [...]

Discurso em Baleizão

Há poucos dias completaram-se dez anos desde o 25 de Abril de 1974. Ao fazer-se o balanço destes dez anos, muitas pessoas sublinham as ofensivas que os inimigos da Revolução de Abril têm desencadeado, aquilo que têm destruído, o mal que têm feito, os golpes que deram na Reforma Agrária.

Tudo isto é muito certo. Desde 1976, são já muitos anos de ofensivas levadas a cabo por sucessivos governos contra as grandes conquistas de Abril.

Mas aquilo que mais podemos sublinhar é que **apesar de nove anos de ofensivas constantes contra as conquistas de Abril,** — contra as liberdades, contra os direitos dos trabalhadores, contra as nacionalizações, contra a Reforma Agrária — **as conquistas de Abril continuam de pé.**

Eles deram sem dúvida golpes sérios na Reforma Agrária. Contudo, apesar de terem conseguido destruir muitas unidades colectivas/Cooperativas, apesar de terem conseguido roubar aos trabalhadores centenas de milhares de hectares, milhares e milhares de cabeças de gado, milhares de máquinas, instalações, barragens e outras benfeitorias, apesar de terem desencadeado uma ofensiva brutal, violenta, com toda a crueldade contra os trabalhadores para os fazer desistir da mais bela conquista da Revolução, o mais importante que se deve sublinhar é que, **apesar de magoada, apesar de ferida, apesar de espoliada, a Reforma Agrária continua de pé, continua trabalhando, continua lutando e acabará por vencer.** O latifúndio será finalmente liquidado e a terra pertencerá a quem a trabalha.

(...)

Perigos e razões de confiança

O que se pode perguntar, camaradas, é como se pode conciliar esta confiança que temos na vitória com o facto de que continua no Poder um Governo que prossegue a ofensiva contra a Reforma Agrária, um Governo que prossegue a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, contra as nacionalizações, contra o regime democrático, contra a própria independência nacional como já aqui hoje, a este microfone, foi sublinhado, com as concessões militares que são feitas aos Estados Unidos da América.

Pode-se perguntar: existem ou não existem ainda perigos e perigos sérios para a democracia portuguesa, para as conquistas de Abril?

Nós dizemos que sim, que existem perigos sérios. O Comité Central do nosso Partido, na sua reunião de 13 de Março, num Manifesto que dirigiu ao Povo português, sublinhava que a situação económica, a situação social, a situação política são extremamente graves e que, a continuar este Governo e a sua política as conquistas de Abril, o próprio regime democrático, a própria independência do nosso país, correm sérios riscos.

Esta foi uma conclusão e uma conclusão séria, fundamentada, do CC do nosso Partido. Mas essa não foi a única conclusão a que se chegou. Ao mesmo tempo que apresentava os perigos e os perigos reais que existem a direcção do nosso Partido chegava a uma outra conclusão que não é de menor importância: **existem esses perigos é certo, mas existem também as condições para lhes pôr fim. Isto é, existe a força necessária para interromper o processo contra-revolucionário, existe a força popular, a força democrática suficiente para atirar abaixo o Governo Mário Soares/Mota Pinto, existe a força suficiente para interromper este processo e para conseguir finalmente a formação de um governo democrático com uma política democrática.**

Esta segunda conclusão não é uma conclusão a que se chegou apenas para animar a luta, apenas para criar esperanças infundadas. Ela baseia-se numa análise concreta da situação que mostra o isolamento cada vez maior do Governo e que indica que muitos dos que votaram nos partidos que o constituem lhe voltaram as costas por que sentem na sua própria carne as consequências da política deste Governo.

A força da nossa razão

Não sei, camaradas e amigos, se me engano, mas certamente não me engano ao pensar que aqui, hoje, se encontram pessoas que nas últimas eleições votaram no PS e mesmo noutros partidos que hoje apoiam o Governo.

Há quem aqui esteja a dizer com a cabeça que não, mas eu estou convencido que aqui, como em em muitos outros lados, estaremos muitos comunistas, estarão muitos simpatizantes, mas também estarão pessoas que não têm estado connosco e que passarão a estar no dia em que se convençam que nós temos razão, que a nossa política é justa, que ela é verdadeira e é necessária.

Nem que seja uma só pessoa que não estava com o nosso Partido, que não estava com a nossa política e hoje aqui se encontra presente, eu quero saudá-la e agradecer ter vindo aqui para estar connosco na mesma luta, na mesma batalha.

E quero também informar — uma vez que houve camaradas que disseram que não com a cabeça quando afirmei que aqui estariam pessoas que antes não estavam connosco — que depois de o afirmar, várias mãos se levantaram como que a dizer: «aqui estou eu que não estava convosco e agora aqui estou».

Se me permitem dirijo umas palavras aos meus camaradas de Partido. Por ventura pensamos nós, comunistas, que não temos que ganhar para nós pessoas que ainda hoje não estão connosco?

Nós somos muitos. Somos mais de 200 mil organizados no nosso Partido. Não há nenhum outro partido que tenha a força organizada, a capacidade de mobilização e a influência que tem o nosso Partido.

Mas afirmamos: ainda não chegamos. Precisamos de mais, precisamos de mais força, porque não queremos apenas resistir, porque queremos triunfar, porque queremos que triunfe o Portugal de Abril; porque queremos que triunfe a Reforma Agrária; e para isso **temos que ganhar mais e mais militantes, mais e mais aliados, mais e mais força para conseguirmos alcançar a vitória.**

Eles dizem que pelo facto de ainda disporem de uma maioria na Assembleia da República estão livres de cair. Mas nós já aqui lembrámos que também o governo AD tinha uma maioria na AR e também caiu e que como o Balsemão e o Freitas do Amaral caíram também o Soares e o Mota Pinto irão para a rua.

A tarefa do momento

Certamente muitos camaradas têm ouvido dizer a uma ou outra pessoa que a questão da queda do Governo só se resolverá com uma vitória democrática nas eleições presidenciais. Há até quem diga que da parte do nosso Partido houve recentemente uma contradição porque, por um lado, a nossa direcção afirmou que estávamos um tanto atrasados em relação à escolha de um candidato para as eleições presidenciais (e na verdade estamos atrasados), e, por outro lado, afirmamos que neste momento o fundamental não são as eleições presidenciais mas sim a queda do Governo que não tem que esperar pelas eleições presidenciais, nem pode esperar por elas.

Com efeito **a queda do Governo não pode ser um resultado das eleições presidenciais porque estas só se realizam em Dezembro de 1985 e o nosso povo não pode suportar nem suportará que este Governo dure até às eleições de 1985.**

Por isso dizemos: **se por um lado temos que continuar a trabalhar tendo em vista as eleições presidenciais de Dezembro de 85 para que então seja assegurada a vitória de um candidato da democracia, por outro lado, temos a grande tarefa** — a grande tarefa em que devemos concentrar todos os nossos esforços e energias e para a qual devemos procurar unir todos os portugueses e portuguesas — **que é a derrota e a demissão do Governo de Mário Soares e a formação de um governo democrático com uma política democrática.**

Não devemos aceitar que em vez de se discutir como vamos atirar abaixo este Governo se discuta apenas qual deve ou não deve ser o candidato às presidenciais e se desviem para aí os esforços e as esperanças, perdendo as perspectivas de que conseguiremos atirar este Governo abaixo e muito mais depressa do que imaginam aqueles que neste momento dispõem do Poder.

Os trabalhadores e o Partido são forças indispensáveis

Não afirmamos, nem nunca afirmámos, que nós, os comunistas, sozinhos, estamos em condições de resolver todos os problemas nacionais.

Mas temos afirmado — e creio que ninguém que estude, que observe, que conheça a situação nacional pode desmentir — que **na situação que existe no nosso país os problemas nacionais não se poderão jamais resolver sem os trabalhadores e sem o Partido Comunista Português.**

O PCP é um partido não só necessário mas, como muitas vezes temos dito, um partido indispensável, um partido insubstituível para a saída da crise, para a defesa dos interesses do nosso povo, para que haja em Portugal uma política capaz de resolver os gravíssimos problemas que o nosso país e a nossa pátria defrontam.

Não é isso um orgulho exagerado do nosso Partido, ainda que tenhamos muitas razões para nos sentirmos orgulhosos de um Partido que é fiel à sua palavra, de um Partido que tem todas as suas energias, todas as suas forças, todas as suas aptidões e capacidades concentradas com um objectivo único: servir os trabalhadores, servir o nosso povo servir a pátria, conseguir com o seu esforço, com o seu sacrifício, se necessário, resolver os grandes problemas do País e assegurar a continuação, o prosseguimento e a vitória do Portugal de Abril.

Por isso, **quando afirmamos que o PCP é não só um partido necessário mas indispensável e insubstituível para resolver os problemas nacionais, estamos apenas a dizer uma verdade — uma verdade que corresponde à realidade portuguesa.**

Creio que não há hoje nenhum democrata sincero, não há nenhum homem, nenhuma mulher, nenhum jovem que pense em termos dos interesses do nosso povo e do nosso País que não tenha a mesma ideia: **sem os comunistas as coisas não se resolvem e com os comunistas as coisas podem resolver-se.**

E, na verdade, somos capazes de resolver os problemas, por que temos capacidade, porque conhecemos os problemas, por que temos soluções justas e porque trabalhamos com isenção, com seriedade, com honestidade, com dedicação.

Já os trabalhadores do Alentejo mostraram do que são capazes na Reforma Agrária. Anteriormente havia terras abandonadas. Havia miséria. Havia desemprego. Havia terras sem nada produzir. E os trabalhadores conseguiram, com o seu esforço, com o seu trabalho, com a sua dedicação, com a sua capacidade e com a sua inteligência, transformar terras abandonadas em magníficas culturas. Conseguiram diversificar as culturas, aumentar a área de regadio, aumentar o número de cabeças de gado e de máquinas.

Conseguiram liquidar o desemprego, realizar obras sociais, criar centros de terceira idade, creches para as crianças, melhorar o nível do povo trabalhador da região. Conseguiram obter resultados que os agrários jamais foram capazes quando exploravam os trabalhadores.

Os trabalhadores já demonstraram na Reforma Agrária, como noutros sectores da vida nacional que são bem capazes de resolver os problemas, com as suas organizações de classe e com o seu Partido de classe — o Partido Comunista Português.

Trata-se de forças indispensáveis, necessárias e insubstituíveis, e nós estamos seguros, camaradas e amigos, de que será com esta perspectiva da unidade dos democratas e patriotas, juntamente com os comunistas, com os trabalhadores, com as massas populares, que se conseguirá finalmente uma solução democrática, a formação de um governo democrático com uma política democrática para que continuemos a viver, a consolidar e a desenvolver as conquistas da Revolução de Abril.

(Extractos do discurso pronunciado de improviso)

...rdante: o mau tempo

«O Centro de Trabalho estará permanentemente ao serviço da luta dos trabalhadores, será um ponto de apoio na luta e de convívio não só para os comunistas, mas também para todos os democratas.».

O exemplo de Fiães

Após uma rápida panorâmica da situação laboral no concelho, apontando exemplos significativos da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, a intervenção da Comissão Concelhia do PCP sublinha que «o povo do nosso concelho já tem um exemplo vivo, da Junta APU de **Fiães**, de como os comunistas e outros democratas da APU são capazes, com perseverança, trabalho abnegado e criatividade, de resolver os problemas da população com a sua participação activa nos destinos da sua freguesia».

«Esperamos e tudo faremos» — garantiu — «para que o exemplo de Fiães frutifique em outras freguesias do concelho.»

Já no fim, o camarada Paulo Renato referiu a importância da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP de Vila da Feira, marcada para 23 de Junho.

Para animar a jornada festiva, esteve na Feira o grupo musical do Ateneu de Coimbra.

Uma última palavra para assinalar a oferta ao Partido, na pessoa do seu secretário-geral, de lembranças em cortiça, fabricadas na região.

De Vila da Feira, o camarada Álvaro Cunhal deslocou-se a Ílhavo. Também aí para participar na inauguração de outro Centro do Partido.

Ílhavo

Milhares de pessoas em Baleizão: o povo não esquece Catarina

Vila da Feira: na «bicha» para o almoço de confraternização

Vila da Feira

Discurso em Vila da Feira

Nós estamos hoje aqui por motivo da inauguração do novo Centro de Trabalho. E parece que deveria começar esta intervenção referindo este dia que, para nós, comunistas, e certamente para os trabalhadores do concelho, é, sobretudo, um dia de festa, uma grande vitória alcançada com a inauguração deste Centro de Trabalho.

O novo aumento dos preços

Mas ontem deu-se um acontecimento que toca de tal forma o nosso povo que temos necessariamente de começar por aí.

Trata-se dos **novos aumentos dos preços de bens essenciais** decretados pelo Governo PS/PSD. É o pão, é o açúcar, é o leite, são as oleaginosas, são os transportes.

E todos conhecem directamente o que representa este aumento de preços, porque não há casa de trabalhador onde os aumentos de preços não tenham representado uma diminuição do consumo de géneros essenciais para si e para os seus.

O nosso povo não suporta e não pode suportar de braços cruzados estas novas medidas que atingem todos os portugueses.

(...)

Necessário grande trabalho de esclarecimento

É nesta situação, camaradas, que nós inauguramos este Centro de Trabalho.

E eu gostaria de felicitar aqui, em nome do Comité Central, a Comissão Concelhia, todos os militantes comunistas do concelho e todos aqueles que, não sendo comunistas, contribuíram para que pudesse ser aberto este Centro de Trabalho, depois de tanto esforço, de tanta dedicação, de tanto empenho, para que, na verdade, houvesse aqui um local *onde pudessem reunir-se, onde pudessem trabalhar aqueles cujos pensamentos e cujos actos estão inteiramente ao serviço do nosso povo e da nossa pátria.*

Neste *concelho a abertura de um Centro de Trabalho do PCP* tem particular importância, porque **é necessário prosseguirmos e intensificarmos a acção de esclarecimento**, como aliás em todos os outros concelhos do País.

Mas, falando de Vila da Feira, pode perguntar-se porque é que a *reacção — como já referiu aqui a este microfone há pouco outro camarada — procurou criar tantas dificuldades à abertura de um Centro de Trabalho. Porque é que fez tantas pressões para que não se conseguisse uma casa ou um terreno? Do que é que ela tem receio, do que é que tem medo?*

Tem medo, fundamentalmente, da acção de esclarecimento dos comunistas, porque os comunistas falam verdade, porque os comunistas não deixam passar sem resposta a exploração, não deixam passar as medias injustas do patronato, não deixam passar sem resposta a acção do Governo contra os trabalhadores, contra os agricultores, contra as mulheres, contra a juventude, contra os deficientes, contra os reformados, contra o nosso povo inteiro.

É disso que eles têm medo. E é por isso que procuram criar tantas dificuldades à abertura de um Centro de Trabalho.

Milhares de pessoas enganadas

É necessário prosseguir e intensificar a acção de esclarecimento aqui no concelho. Se pensarmos um pouco que neste concelho nas últimas eleições para a Assembleia da República votaram na APU cerca de 2600 eleitores, mas votaram no PS 27 000 e votaram nos partidos da direita 18 000, isto quer dizer que neste concelho há muitas pessoas que não estão esclarecidas. Porque nós não pensamos que aqueles que votaram no PS ou mesmo a grande maioria daqueles que votaram nos partidos da direita sejam melhores ou piores que os outros habitantes. A questão fundamental é a falta de esclarecimento. A questão fundamental que se põe perante nós é esclarecer aqueles que não estão esclarecidos.

Se pensássemos que aqueles que podem ser esclarecidos são aqueles que já o estão hoje, então desistíamos de ganhar no nosso país a força e a opinião suficientes para modificarmos a vida, para pôr fim a esta política e para conseguirmos realizar uma política que resolva os grandes problemas nacionais.

Muitos daqueles que hoje não estão connosco virão a estar certamente. E eu estou seguro que aqui, neste mesmo momento, entre todos aqueles que aqui se encontram, há certamente homens, mulheres ou jovens que em anos anteriores não acreditavam na política do Partido Comunista mas que hoje se encontram connosco aqui na mesma batalha, e até alguns no mesmo Partido.

Socialistas com o PCP

Nas poucas conversas — muito rápidas — que tive ocasião de ter nos breves momentos em que nos encontrámos ali no Centro de Trabalho falei com vários amigos que disseram que ainda há pouco tempo eram socialistas e que hoje estão no PCP ou com o PCP. Não foi um, nem dois, foram mais, aqui mesmo.

Quando saímos da clandestinidade sem dúvida éramos um partido bem organizado, éramos gente combatente, mas éramos uns escassos milhares. No primeiro recenseamento do Partido em Julho de 1974 éramos 15 000 no Partido. Hoje somos mais de 200 000, como se revelou no último Congresso. Quer dizer que a maioria esmagadora dos membros do Partido de hoje vieram depois do 25 de Abril. Têm os mesmos direitos e os mesmos deveres de todos os outros militantes, porque nós não fazemos qualquer distinção entre aqueles que já lutavam antes do 25 de Abril e aqueles que vieram ao nosso Partido depois do 25 de Abril. Somos todos iguais dentro do nosso Partido.

Entre aqueles 185 000 que vieram já depois de Julho de 1974, quantos ainda há bem poucos anos não duvidavam da nossa política? Quantos não se interrogavam acerca das nossas intenções? Quantos não tinham dúvidas acerca das nossas propostas? Quantos não acreditavam seja nas promessas do PS e do seu secretário-geral, seja na política dos partidos reaccionários? Isto significa que a batalha do esclarecimento é uma grande batalha que temos por diante e que não devemos desde logo pensar que aqueles que hoje estão errados não possam ver amanhã claramente a situação e tomarem uma atitude correspondente.

O voto errado e o desengano

Quantos daqueles que nas eleições de 83 votaram no PS e mesmo quantos daqueles que nas eleições de 83 votaram no PSD já hoje não verificam que a política do Governo desses partidos atinge os seus interesses vitais, já hoje não verificam que votaram errado, já hoje não verificam que ao votarem no PS ou no PSD não votaram para que houvesse despedimentos em massa, para que houvesse 500 000 desempregados, para que houvesse 200 000 jovens à procura do primeiro emprego, para que houvesse subidas constantes dos preços, que reduzem a maior parte da população à miséria, não votaram para que fossem abandonados os reformados e deficientes a uma sorte que se aproxima da miséria? Não foi para isso que muitos votaram, tinham esperança noutra política e hoje **sentem-se desenganados e pensam que é necessário mudar a sua opção e o seu voto.**

O PCP falou verdade

Os acontecimentos permitem verificar quem falava verdade na campanha eleitoral antes das eleições de 83: se era o secretário-geral do Partido Socialista que prometia uma política diferente da «AD» ou era o Partido Comunista que prevenia, anunciava e previa que se estava a cozinhar uma nova coligação do secretário-geral do PS com os partidos da direita e que o novo Governo que se formasse de coligação do PS com os partidos da direita iria prosseguir nas linhas essenciais precisamente aquela mesma política do Governo «AD», política que levantou de Norte a Sul do País uma onda de revolta e de descontentamento que conduziu finalmente à derrota, à demissão do governo «AD» e à derrota da «AD» nas eleições antecipadas para a Assembleia da República.

Os factos mostraram que tinha razão o Partido Comunista nas suas previsões e nas suas prevenções.

O objectivo fundamental do Governo

O que tem sido a política deste Governo, qual é o objectivo fundamental?

O seu objectivo fundamental é restaurar os monopólios e os latifúndios que existiam nos tempos do fascismo, é restaurar o poder dos grandes capitalistas e dos grandes latifundiários, dos senhorios ricos, daqueles que durante 48 anos de fascismo exploraram e tiranizaram o nosso povo através dum aparelho repressivo, através de prisões, de torturas, de campos de concentração, de assassinatos.

São esses mesmos que dominaram o nosso país, que o exploraram e tiranizaram durante 48 anos de fascismo, e que foram derrotados com o 25 de Abril, que viram com as nacionalizações e a Reforma Agrária desaparecer não só o seu poder político, mas *também o seu poder económico, são esses mesmos a quem hoje o Governo protege e que pretende restaurar nos seus antigos privilégios.*

Uma política de desastre

A esta finalidade, o Governo submete todos os aspectos da sua política. É o aumento dos preços já referido. É a exploração dos trabalhadores, é a situação a que condena os pequenos e médios agricultores, que se vêem também pressionados pelos elevados preços dos factores de produção: o gasóleo, os adubos, as sementes, as dificuldades de crédito, a falta de escoamento dos produtos, a não garantia de preço para o seu produto antes de começarem os trabalhos na agricultura. E mesmo no que respeita aos comerciantes — refiro-me aos pequenos e médios comerciantes — se porventura aqui está algum connosco certamente poderá confirmar que a descida do poder de compra dos trabalhadores e do nosso povo em geral, que a subida dos preços de forma a que a grande massa do nosso povo não lhes pode chegar leva à diminuição das vendas e dos seus negócios, leva à diminuição dos seus lucros e leva à criação de dificuldades a milhares e milhares de pequenas empresas comerciais, assim como pequenas empresas industriais.

No fim de contas, **não é apenas contra os trabalhadores que se dirige a política do Governo. É contra a maioria esmagadora do Povo português.**

E é precisamente porque atinge também os interesses dos pequenos e médios agricultores e comerciantes que nós vemos as organizações do grande patronato, dos comerciantes, dos industriais, dos agrários — a CCP, a CIP, a CAP — fazerem iniciativas que redundam em grandes fracassos. É o que sucedeu, por exemplo, ontem mesmo no Congresso do Comércio, convocado pela CCP, e que foi um autêntico fiasco. Eles fizeram por todo o lado convocações e têm eles próprios de reconhecer que a grande massa dos comerciantes não respondeu à convocação. E não responderam porque sabem bem que à frente da Confederação estão os interesses dos grandes comerciantes e não os interesses daqueles milhares e milhares de pequenos comerciantes do País, que sofrem também com a política do Governo e que não estão de nenhuma forma identificados com uma política que sirva apenas os interesses do grande capital e dos grandes especuladores.

É também política do Governo a tentativa de destruição das nacionalizações e da Reforma Agrária. Também as ofensivas contra as liberdades e direitos dos cidadãos: a criação ou o reforço de polícias, os serviços de informação, uma lei de segurança nacional, a tentativa de dar aos governadores civis poderes policiais de intervenção tal como no tempo do fascismo, os actos de repressão que se multiplicam contra os trabalhadores, contra os agricultores, contra os estudantes. São os novos «pacotes» contra as liberdades e contra o regime democrático como o «pacote laboral» e o «pacote autárquico». *(«25 de Abril sempre, fascismo nunca mais!» – grita a assistência).*

Continuaremos Portugal de Abril

... Essa palavra, camaradas, é absolutamente justa. Ainda hoje, muitos deles — os do CDS, os do PSD e muitos outros, não se atrevem a dizer que querem que Portugal volte ao 24 de Abril. Mas, se pudessem, faziam com que Portugal voltasse ao 24 de Abril. Mas nós não deixamos, o Povo português não deixa. **Vivemos no Portugal do 25 de Abril e continuaremos o Portugal de Abril,** criado pela luta do nosso povo e por aqueles militares do 25 de Abril — também é necessário lembrar — que heroicamente se levantaram para pôr fim à ditadura fascista.

Política antinacional

A política do Governo, nas relações externas manifesta-se em concessões cada vez maiores ao imperialismo, particularmente ao imperialismo norte-americano. São concessões do domínio económico às multinacionais, é a tentativa de criar em Portugal bancos Rockfeller e outros bancos americanos, com vista a arruinar a banca nacionalizada e tomar conta da economia portuguesa, e no domínio diplomático a transformação de Portugal num peão das provocações de Reagan. No que respeita à África Austral, pode documentar-se tal política com a visita que vai fazer a Portugal o ministro Botha, quando o próprio governo francês, que tem à frente também um socialista, se recusou a receber esse senhor, representante do regime racista, que vai ser recebido em Portugal pelo dr. Mário Soares, possivelmente como um «especial amigo» como um grande herói da África Austral.

É também no domínio militar, com a assinatura do novo acordo das Lajes, que praticamente estende a todo o aquipélago certos poderes dos americanos, com o alargamento ao território continental das facilidades aos americanos, com a instalação da estação de rastreio dos mísseis e também como se infere do discurso ontem pronunciado por Mota Pinto com a utilização do território nacional pela Força Rápida de Intervenção norte-americana cuja missão é a intervenção em África, no Próximo Oriente, e noutras áreas contra a luta libertadora dos povos. É num instrumento da política norte-americana, é numa base das acções agressivas do imperialismo norte-americano que este Governo quer converter o País.

Trata-se não apenas de uma política antipopular e antidemocrática, mas de uma política antinacional, porque o que está em perigo além dos interesses do nosso povo e do regime democrático, é a própria independência de Portugal.

Mário Soares, líder da reacção

Nós muitas vezes dizemos, e creio que com razão, camaradas, que os homens definem-se pelos actos e não pelos nomes que chamam a si próprios. E por isso quando o Primeiro-Ministro se diz socialista, o que tem de socialista um dirigente, um Primeiro-Ministro, que serve só os interesses do grande capital, contra os trabalhadores, contra a grande maioria do nosso povo? Ele intitula-se democrata, mas não é pelos títulos que se definem os homens. Mas pela sua política. E nós dizemos: como se pode considerar democrata um homem que como Primeiro-Ministro actua contra os direitos fundamentais e liberdades fundamentais dos cidadãos, que cria novas polícias, novos serviços de informação política, que manda a polícia de intervenção carregar sobre os trabalhadores que reclamam os salários em atraso, contra os agricultores, contra os jovens que reclamam os seus direitos, que tem um novo «pacote autárquico» para diminuir o Poder Local democrático, que tem um «pacote laboral» para atingir os direitos sagrados dos trabalhadores? Pode, porventura, reconhecer-se o título de democrata a um Primeiro-Ministro que tem esta política? Nós dizemos **não pode.** E com plena razão o nosso Partido hoje afirma que Mário Soares hoje é o líder das forças da direita. É ele que como Primeiro-Ministro está a dirigir o processo contra-revolucionário, contra as conquistas de Abril, contra as conquistas essenciais alcançadas pelo nosso povo com tanto sacrifício, com tanta luta, com tanto empenhamento.

E, camaradas, no que respeita à nossa independência nacional, Portugal não precisa à frente do seu Governo de um homem que diz não se aborrecer por ser o «homem dos americanos» em Portugal, por ser o grande amigo do presidente Reagan. Portugal precisa à frente do Governo e à frente do Estado homens que sejam homens dos portugueses ao serviço de Portugal e do seu povo e não homens dos americanos ou de qualquer país estrangeiro.

Este Governo não serve. É urgente a sua demissão. É urgente a formação de um governo de gente séria, competente, que defenda os interesses do povo e do País, que resolva os problemas nacionais, assegurando as liberdades e os direitos dos cidadãos, o regime democrático, a independência e a soberania nacionais.

Também em Vila da Feira

Aqui neste concelho, já foi referido na intervenção de outro camarada, também os trabalhadores e a população em geral conhecem com a sua própria experiência o que tem sido a política deste Governo. Certamente não com a mesma gravidade que se verifica noutras regiões do País, mas não deixam de existir problemas sérios, e estes que aqui referi em termos gerais também se aplicam aos habitantes, à população do concelho da Vila da Feira. E por isso estamos plenamente convencidos que, tal como se verifica noutras regiões do País, também neste concelho muitos daqueles que votaram no PS e no PSD hoje votam contra a política do Governo e lutam ao lado dos trabalhadores comunistas, ao lado dos trabalhadores das mais variadas tendências, na defesa dos seus interesses fundamentais e na defesa das conquistas de Abril.

Isolamento do Governo

Nós verificamos que se reduz rapidamente a base social e base política de apoio ao actual Governo.

Travam-se no nosso país grandes lutas. E o fracasso monumental das comemorações oficiais — as chamadas comemorações oficiais — do 25 de Abril em contraste com a grandiosidade das comemorações populares mostra bem, por um lado, o isolamento crescente do Governo e por outro lado o alargamento cada vez maior da base social e política para uma alternativa democrática.

Para aqueles que não puderam verificar directamente o que foram as comemorações oficiais do Governo, posso informar que tanto em Lisboa como no Porto as comemorações oficiais praticamente não tiveram assistência. E mesmo a sessão solene — a sessão máxima — em que estava Mário Soares e aquele que o Governo tinha designado para presidente da comissão organizadora das comemorações do 25 de Abril, ou seja um homem que traindo as suas responsabilidades logo em 74 e em 75 conspirou e se voltou contra o 25 de Abril — o general Spínola — não escolheram uma grande sala, talvez com uma lotação para 700 pessoas, mas a Televisão teve o cuidado de filmar apenas as cinco primeiras filas, porque todas as outras tinham pessoa aqui, pessoa acolá — estavam desertas.

E as bandas militares dos Estados Unidos, da 6.ª Esquadra — que se aproxima das costas de Israel e do Líbano e cujos aviões vão bombardear e massacrar o povo libanês e o povo palestiniano — essa esquadra que está comprometida numa acção agressiva e criminosa dos Estados Unidos, pois a banda dessa esquadra que Mário Soares convidou para vir desfilar nas ruas de Lisboa, tocando os seus hinos militares no 25 de Abril, o que é um verdadeiro insulto à Revolução Portuguesa e ao 25 de Abril, essa banda, como as bandas de outros países da NATO, circulou nas ruas perante a indiferença do nosso povo e quando foi tocar no Pavilhão dos Desportos — que tem uma lotação para 10 mil pessoas — estavam 150 a 200 contadas pelos dedos; e quando foram actuar no Campo Pequeno também ali tinham umas escassas centenas, quando a lotação da praça, como se sabe, é de cerca de 20 mil pessoas.

Foi o completo fracasso dessas comemorações, que mostrou o isolamento crescente do Governo.

Êxito das comemorações populares

E em contraste com essas comemorações, tanto no dia 24 como no dia 25 de Abril, verificaram-se grandiosas comemorações com a participação em todo o País de milhões de portugueses. Em Lisboa calcula-se que nas comemorações do 25 de Abril participou cerca de meio milhão de pessoas e esse meio milhão não eram certamente os 100 energúmenos, os 100 comunistas que assobiavam Mário Soares. Mas eram milhares e milhares de portugueses de todas as tendências.

No comício de Lisboa, nas comemorações populares, falou um membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, Carlos Costa, falou um conhecido dirigente do PS, dirigente do ex-Secretariado, Salgado Zenha, falou uma democrata conhecida, Maria de Lurdes Pintasilgo, e falaram muitos outros, unidos no mesmo ideal da defesa do 25 de Abril, opondo-se à política criminosa do Governo Mário Soares e às comemorações oficiais contra o 25 de Abril.

Falta de serenidade

Sentindo o terreno fugir-lhe debaixo dos pés, quem ultimamente tem visto e ouvido o dr. Mário Soares e dirigentes reaccionários falarem seja em público, seja na Televisão, seja na Rádio, vê que os sujeitos estão nervosos. E vemos o Primeiro-Ministro dizer palavrões dirigindo-se aos trabalhadores. Palavrões que, com um bocadinho de educação, enfim, até podemos dizer que um homem não dirige a outros homens e a mulheres, como tem dirigido, e muito menos um Primeiro-Ministro deve usar uma tal linguagem quando fala com trabalhadores.

E mesmo ontem verificou-se para quem ouviu a Rádio — é interessante — o dr. Mário Soares a falar aos jornalistas depois de o terem assobiado no Porto. Foi pena para quem não o ouviu... O dr. Mário Soares «patuá» tem, mas nessa altura nem «patuá» teve. Ele estava nervoso. Não sabia o que dizer. Eram os «energúmenos», eram os «comunistas» que ali estavam. Ele já vê comunistas por todo o lado...

Podemos dizer, camaradas e amigos, que, se fossem comunistas todos aqueles que o dr. Mário Soares e os partidos reaccionários têm acusado de comunistas, há muito tempo que eles não estariam no Governo.

Como se vê, estão a perder a serenidade. Aumentam os seus conflitos internos. Não se entendem uns com os outros. São os conflitos dentro do PSD. São os conflitos dentro do PS. Uns contra os outros. Aumentam os conflitos com o Presidente da República. Aumentam os conflitos com os tribunais. E o dr. Mário Soares até já se mete em conflitos com a Igreja. Tudo isto mostra grande falta de serenidade.

O PCP respeita escrupulosamente as crenças dos cidadãos

E uma vez que falo de Igreja num concelho onde há muitos praticantes católicos gostaria de dizer duas palavras sobre esta questão.

O Partido Comunista respeita escrupulosamente as crenças dos cidadãos e a prática do culto. O Partido Comunista entende que nenhum acto e nenhuma palavra deve ser ofensiva dos sentimentos religiosos dos crentes. E esta nossa política é tão verdadeira que **àqueles que pedem para entrar no Partido Comunista nunca se pergunta se é católico, se não é católico. Se tem uma crença ou se não tem uma crença.** A questão de ter uma crença, de ser católico, de nenhuma forma impede que milite nas fileiras do Partido Comunista. Possivelmente estarão aqui presentes nossos camaradas, bons militantes do Partido, que são católicos, que já eram católicos, que continuarão a sê-lo.

Não temos nenhum conflito com a Igreja e parece ser bastante característico da situação presente que o Governo, empurrado pelas ambições totalitárias de Mário Soares e Mota Pinto, perde tanto a serenidade que se mete em conflitos com a própria Igreja. **É o caminho para o seu isolamento e para a sua derrota.**

O Governo tem medo de eleições

Sentem-se tão isolados, camaradas e amigos, que já **têm medo das eleições.** Na verdade, **as últimas eleições soltas que se realizaram mostraram que a direita está a perder. O PS está a descer e a APU com o Partido Comunista está a subir.** São bem conhecidas aqui no Norte as eleições de **S. Pedro da Cova,** que deram uma vitória esmagadora à APU, que passou de uma maioria relativa para mais de 60 por cento dos votos; em **S. João da Madeira,** aqui ao lado, em que pela primeira vez se elegeu um vereador, que nós saudamos daqui pelo trabalho difícil que tem por diante mas que cumprirá certamente com seriedade e dedicação; em **Lamego,** em que a APU aumentou a sua votação e em **Trás-os-Montes** com a conquista de uma freguesia perdida nas serranias, uma pequena freguesia, **Vilar de Perdizes.** Não deixa de ser significativo que mesmo nas montanhas perdidas de Trás-os-Montes também o povo compreende quem são os seus amigos e começa a votar com acerto para defender os seus interesses fundamentais.

E é tão certo este medo da direita pelas eleições que há um acontecimento também recente que o comprova. Certamente, têm conhecimento que a Assembleia da República tinha já aprovado praticamente há poucos dias a criação de 51 novas freguesias.

Segundo a lei das autarquias, sendo criadas estas 51 novas freguesias, deviam realizar-se eleições tanto nas novas freguesias criadas, como naquelas freguesias de onde foram desintegradas as novas. Portanto, em princípio teríamos mais de 100 novas eleições no prazo de 100 dias. Isto é o que manda a Lei das Autarquias.

Mas é tanto o medo do Governo pelas eleições que a maioria na Assembleia da República adiou a concretização da criação das novas freguesias e as eleições correspondentes apenas para fins de 1985. Isto mostra bem o medo que eles têm das eleições. E têm razão para ter medo. Estamos certos de que em novas eleições tanto os partidos reaccionários como o PS vão ter grandes surpresas. Boas para nós, claro. Más, para eles. Além do mais, porque há grandes possibilidades de, em novas eleições, já o quadro partidário ser diferente daquele que é hoje.

«Remodelação» do Governo nada resolve

Nós pensamos que há possibilidades reais de provocar a demissão deste Governo e de levar à criação de um governo democrático com uma política democrática. E precisamente porque se sente em dificuldades, o Governo fala agora em remodelação. Fala em substituir tal ou tal ministro, em modificar o Governo para entrar talvez mais um PS para aqui, mais um PSD para acolá. O que nós dizemos é que não é substituindo um Pereira por um outro Pereira, um Gonelha por outro Gonelha, um Pinto por outro Pinto, não é com isso que se modifica a política. **O que o nosso povo exige não é uma remodelação do Governo, mas a demissão do Governo e a formação de um governo democrático capaz de resolver os problemas do nosso povo e do nosso país e de dar saída à crise.**

(...).

Acção política e exemplo de conduta

Voltando ao princípio e à razão que hoje aqui nos une quanto à inauguração do Centro de Trabalho. Trás naturalmente novas responsabilidades aos camaradas deste concelho. Trata-se não apenas de esclarecer, não apenas de reforçar a actividade do Partido e a actividade de massas, trata-se também de dar um exemplo a partir deste Centro de Trabalho. Um exemplo de conduta comunista. Um Centro sempre aberto aos trabalhadores e a todos aqueles que lhe batam à porta para pedir uma palavra, para pedir um esclarecimento ou para pedir um apoio. Um Centro que não seja um clube de gente sectária — fechados uns com os outros. Mas pelo contrário, esteja sempre atento aos problemas da população do concelho, dos trabalhadores, dos agricultores, dos jovens, das mulheres, dos reformados, dos deficientes, de todas as camadas sociais deste concelho. E que seja ao mesmo tempo um exemplo de seriedade, de honestidade, de fraternidade nas relações entre os comunistas, como um exemplo do que devem ser as relações entre os seres humanos. Nós pensamos, camaradas e amigos, que o Centro de Trabalho que hoje inauguramos será o ponto de partida não apenas para o reforço do Partido Comunista aqui no concelho, mas também para a defesa mais eficaz dos interesses dos trabalhadores e de toda a população do concelho de Vila da Feira.

(Extractos do discurso pronunciado de improviso)

Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

PCP

Juventude Comunista Portuguesa

As conclusões da última reunião da C. Central

A Comissão Central da Juventude Comunista Portuguesa esteve reunida no último fim-de-semana em Lisboa. Durante os trabalhos da reunião caracterizou «as cada vez mais difíceis condições de vida da juventude portuguesa agravadas diariamente pela desastrosa política do Governo PS/PSD e considerou que é crescente a acção do movimento e da luta juvenil».

Detendo-se nas consequências da política governamental, a direcção da JCP chama a atenção para o agravamento das condições de vida dos jovens, com o aumento generalizado dos custos de bens essenciais agora verificado, as maiores dificuldades no acesso à habitação e na ocupação dos tempos livres; o agravamento do problema do desemprego, das condições de trabalho, dos despedimentos, dos salários em atraso, dos contratos a prazo, do trabalho sem contrato e da repressão; o agravamento das condições de estudo com o despacho sobre as provas globais para o Secundário, a diminuição do apoio social, a não garantia de saídas profissionais; e também o agravamento da política de submissão do Governo português à política belicista do imperialismo norte-americano.

Salientando que «mais jovens participam na luta contra a política e o Governo PS/PSD», a Comissão Central da JCP, em nota de Imprensa divulgada a propósito da sua reunião, sublinha:

«Alarga-se a unidade e aumentam as acções de luta específica da juventude, entre as quais se destacam o Desfile de Protesto da Juventude de Lisboa e Setúbal, no dia 7 de Abril; o 2.º Encontro Nacional de Trabalhadores-Estudantes; as comemorações do 24 e 28 de Março (Dia do Estudante e Dia Nacional da Juventude); as acções de contestação das provas globais; as greves e desfiles nas escolas do Barreiro e Seixal; a concentração dos estudantes de Setúbal e Lisboa junto ao Ministério da Educação; o maior carácter reivindicativo assumido pela «Queima das Fitas», em Coimbra e no Porto; bem como a intensa actividade de comissões e núcleos de Paz contra a política de submissão do governo português às acções e projectos de Reagan e do governo dos EUA.

«A extraordinária adesão juvenil às comemorações populares do 10.º Aniversário do 25 de Abril, bem como à gigantesca jornada do 1.º de Maio, mostrou claramente que a juventude está com o 25 de Abril e exige uma mudança, não apenas de pessoas mas uma profunda alteração política que dê resposta aos problemas da juventude e do País.»

E mais adiante:

«Nos últimos meses, a JCP afirmou-se ainda mais como a única organização política juvenil, que defende os interesses da juventude.

«A Juventude Comunista Portuguesa tem desempenhado um papel determinante no recente impulso e dinamização da luta da juventude, contribuindo para a unidade dos jovens em torno dos seus objectivos próprios, promovendo e apoiando a capacidade de iniciativa, contribuindo para dar corpo ao forte espírito de contestação, revolta e vontade de lutar, face à violenta e agressiva política antijuvenil do Governo PS/PSD.

«Na Assembleia da República, os deputados da JCP integrados no Grupo Parlamentar do PCP apresentaram **projectos de Lei** sobre o **subsídio aos jovens à procura do 1.º emprego**, sobre **direitos e garantias das associações de estudantes,** pediram a ratificação do **Decreto-Lei sobre a aprendizagem** e apoiaram o Projecto-Lei sobre a criação da Faculdade de Direito do Porto. Denunciaram sob diversas formas os efeitos da política do Governo PS/PSD, recolhendo a opinião dos jovens através de contactos directos nas localidades, nas empresas e nas escolas.»

A terminar, refere a nota de Imprensa da JCP:

«A JCP tomou posição sobre questões essenciais para a vida da juventude, e condenou o aumento do custo de vida e, mais recentemente, a violência policial que se abateu sobre os estudantes do ensino secundário de Setúbal, e a apressada tentativa de implementação das provas globais para o ensino secundário, por parte do ME, além de muitas outras tomadas de posição de organismos regionais e locais, que a comunicação social, com destaque para a RTP, vem silenciando.

«A Comissão Central analisou e discutiu o trabalho preparatório do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes que decorrerá em Moscovo, no Verão de 1985, sob o lema "Pela solidariedade anti-imperialista, a Paz e a Amizade", tendo aprovado um apelo aos jovens portugueses.

«A Comissão Central convocou para a 1.ª quinzena de Dezembro o 2.º Congresso da JCP, tendo analisado nesta reunião questões relacionadas com o trabalho preparatório.»

1.ª Assembleia da ORL

O Partido com o Povo, Avante com Abril — este o lema da 1.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP, a realizar no fim-de-semana de 16 e 17 de Junho, no Coliseu dos Recreios.

A actividade preparatória da Assembleia já arrancou com um conjunto diversificado de acções (plenários e reuniões em diferentes organismos), que, entretanto, se vão multiplicar por todo o distrito até **10 de Junho**, momento em que termina o trabalho preparatório — debate do projecto de resolução política e eleição dos delegados (na proporção de 1 delegado por 50 militantes, o que dá mais de mil representantes da organização nos trabalhos que decorrerão no Coliseu).

Nas escassas semanas que nos separam desse dia há que garantir o êxito da actividade preparatória da Assembleia, promovendo as reuniões e os plenários, fomentando a discussão, fazendo um esforço para o correcto estudo, debate e enriquecimento da proposta de Resolução Política, empenhando todos os militantes e todas as organizações neste trabalho político de grande significado na vida partidária.

Não contando com outras acções que entretanto serão marcadas, neste momento são já mais de **500** as reuniões, plenários, assembleias e outras iniciativas de debate confirmadas no distrito, no quadro das actividades preparatórias da Assembleia.

Além da proposta de Resolução Política, a 1.ª Assembleia da ORL motivou a preparação de dois outros documentos: um, contendo elementos para a caracterização económica, eleitoral, social e cultural do distrito; outro, sobre a DORL antes do 25 de Abril, incluindo o primeiro documento divulgado pela DORL no próprio dia 25 de Abril de 74.

Num breve relance sobre as iniciativas já realizadas, podemos apontar, a título de exemplo, o plenário do Comité Local de Lisboa para membros de organismos de direcção de zona e sector, de secretariados de células e comissões de freguesia, que contou com 240 presenças; o plenário concelhio na Amadora; o plenário distrital de militantes nas colectividades e associações; o encontro de membros do Partido que trabalham em empresas da zona oriental do concelho de Loures; a reunião do organismo de direcção do Sector Intelectual; o plenário da organização da Função Pública, com cerca de 90 camaradas; a Assembleia de Freguesia de Alverca e a reunião do organismo de direcção do Sector Público — tudo isto iniciativas recentes.

A actividade preparatória da Assembleia está lançada. O documento principal para dinamização do debate está já nas mãos dos militantes. Avançam os trabalhos de divulgação e propaganda da Assembleia (o cartaz está já a merecer uma ampla difusão por todo o distrito). Agora, é avançar para o trabalho!

Neste breve comentário à 1.ª Assembleia da ORL — assunto a que voltaremos nas próximas edições do «Avante!» — apenas mais duas palavras: sobre as rifas e sobre o grande espectáculo marcado também para o Coliseu.

Para fazer face aos pesados encargos que a realização da Assembleia motiva (em especial o aluguer da sala), foi lançada a rifa dos 10 cabazes de compras no valor de 20 mil escudos cada. O sorteio decorrerá no espectáculo a realizar no dia 23 no Coliseu e a cada número premiado será atribuído um cabaz. Cada rifa **vale** 25 «alcofas». E atenção ao conteúdo dos cabazes...

Uma semana depois da Assembleia, o Coliseu será cenário de um grande espectáculo de música portuguesa, englobando de forma harmoniosa outras expressões artísticas — a poesia, o bailado, os textos de escritores bem conhecidos, etc. Este espectáculo insere-se nas actividades da Assembleia e dele daremos mais pormenores já na próxima edição do «Avante!».

Direcção Regional do Alentejo

Realizou-se no passado dia 13 o Plenário da Direcção da Organização Regional do Alentejo (DORA) do PCP, que analisou problemas de organização, política de fundos e situação político-social na região alentejana.

Entre outras tarefas com vista ao reforço da organização, o Plenário apontou medidas para se avançar com êxito na **campanha de recrutamento**, orientando esforços em especial para as **empresas** e outros locais de trabalho, para a **juventude** e **mulheres**.

Multiplicar esforços para formar células de empresa e dinamizar outras onde isso se impõe; desenvolver maiores esforços para entregar os cartões do Partido, recolher quotizações e contactar militantes; trabalhar para cumprir os planos de actividade traçados para 1984; dar maior atenção à preparação de novas assembleias de células de empresa, Comissões Locais, Comissões de Freguesia e Comissões Concelhias, assim como empenhar esforços com vista à preparação das Assembleias das Distritais de **Évora** e **Portalegre** — são objectivos importantes no conjunto da actividade, como salientou o Plenário da DORA.

Analisando a política financeira e o balanço dos primeiros três meses do ano, o Plenário sublinha a necessidade de cada organização concelhia e distrital sentir-se responsável pelo cumprimento dos seus orçamentos para 1984. Trabalhar com vista a levar por diante todas as iniciativas programadas e promover outras, recolher a quotização e formar comissões de fundos onde ainda não existam — são outras tarefas fundamentais, como assinalou a DORA, que aponta a necessidade de continuar uma justa política de contenção de despesas, com maior controlo na política de investimentos, transportes e telefones.

Debruçando-se sobre a situação político-social da região, o Plenário da DORA sublinha que, em consequência da política do Governo Soares/Mota Pinto, continua a agravar-se o **desemprego**, sobretudo nos campos e na construção civil. A **fome** espreita milhares de lares nas aldeias e vilas alentejanas onde, como no passado fascista, voltou o flagelo do desemprego, a miséria, a emigração, o atraso, as herdades cheias de mato, e barragens cheias de água, abandonadas pelos agrários, que não querem dar trabalho.

O comércio no Alentejo, a braços com uma redução brutal do volume de vendas, está à beira da falência. Muitas empresas industriais estão à beira de fechar as portas e despedir os trabalhadores, como, por exemplo o Paga-Pouco (Elvas), Telefoc (Elvas), Baptista Russo (V. Novas), Ford (Beja), etc. A situação é cada dia mais grave.

A Direcção Regional aponta como tarefa fundamental na acção dos militantes comunistas o desenvolvimento de esforços para reforçar a luta dos trabalhadores contra o desemprego e contra a fome e desenvolver a luta de massas pelo direito ao trabalho e pelo pão. Apoiar activamente o Encontro Regional de Jovens Agrícolas, que se vai realizar no dia 26 de Maio em Évora, sob o lema **pelo direito ao trabalho e formação profissional, a juventude, que futuro** e por outro lado dar luta sem tréguas contra o pacote antiautárquico aprovado pela a maioria PS/PSD, que representa uma grave ameaça à vida do Poder Local democrático e ameaça lançar no desemprego dezenas de milhares de trabalhadores da Administração Local — são aspectos salientes nas conclusões do recente Plenário da DORA.

A DORA sublinhou também que os militantes comunistas devem dar todo o seu apoio a duas grandes realizações regionais que estão em preparação no Alentejo: **O V Encontro Regional de Eleitos e Activistas da APU, que vai ter lugar em 10 de Junho, em Évora, e a VIII Conferência da Reforma Agrária, que se vai realizar em 14 e 15 de Julho, na mesma cidade.**

Camaradas falecidos

Francisco P. Palminha

Faleceu recentemente o nosso camarada Francisco P. Palminha, funcionário do INIP, especialista do sector das pescas. Residia em Lisboa e era pai do dr. José Palminha.

Joaquim F. Cachôchas

Natural de Santiago do Escoural, concelho de Montemor-o-Novo, faleceu no passado dia 3 o nosso camarada Joaquim Flamínio Cachôchas, de 24 anos, porteiro. Residia em Santiago e era um camarada activo na organização local.

Raimundo Porta

Realizou-se no passado dia 12, em Torres Vedras, o funeral do nosso camarada Raimundo Porta, de 70 anos. Figura muito prestigiada em todo o concelho devido às suas qualidades pessoais, Raimundo Porta foi em tempos futebolista do Torreense e também treinador em vários clubes da zona, tendo também participado no trabalho de diversas colectividades e associações. Militante do PCP desde muito jovem, lutou activamente contra a ditadura fascista. Conheceu as masmorras do Aljube e de Peniche durante alguns anos. Depois do 25 de Abril fez parte da Comissão Concelhia de Torres Vedras do PCP e foi um dos principais dinamizadores do núcleo da URAP. Faria Borda, dirigente dessa organização, e Vítor Alves, membro suplente do Comité Central do PCP, disseram algumas palavras no enterro de Raimundo Porta.

•

Aos familiares, companheiros e amigos dos militantes comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentido condolências.

Festa da Fraternidade

É o seguinte o programa da Festa da Fraternidade, que animará o concelho de Grândola nos dias 2 e 3 de Junho:

Sábado (Dia 2)

09.00 h – Abertura da Festa; venda de produtos da Reforma Agrária.

09.30 h – Desporto.

15.30 h – Concerto (no auditório) com a banda e coro da SMFOG.

17.30 h – Colóquio (no auditório) sobre a paz, com Rui Luís Gomes, reitor vitalício da Universidade do Porto.

19.00 h – Actuação do Rancho Folclórico «5 Estrelas de Abril», do Bairro do Isaías (no palco).

20.30 h – Projecção de diaporamas sobre a Revolução de 1383/85, seguida de colóquio com o dr. Fernando António, assistente da Faculdade de Letras de Lisboa e director do museu de Setúbal (no auditório).

22.00 h – Baile com o conjunto «Open-Band», do Pinhal Novo (no palco).

02.00 h – Encerramento.

Domingo (Dia 3)

10.00 h – Reabertura da Festa; desporto.

15.00 h – Canto Livre, com Francisco Ceia (no palco).

15.30 h – Comício com Álvaro Cunhal.

17.00 h – Espectáculo para crianças: teatro infantil pelo grupo Tarquil, do Barreiro, com a peça «O Papagaio de Papel»; teatro de fantoches pelo Círculo de Animação Cultural (no auditório).

22.00 h – Espectáculo com música popular portuguesa, pelo grupo «Dialecto», do Pinhal Novo; Sérgio Godinho e seu agrupamento musical (no palco).

24.00 h – Encerramento da Festa da Fraternidade 1984.

Festa da Amizade

As regiões de **Trás-os-Montes, Beira Interior** (Guarda), **Madeira** e **Açores** vão marcar presença saliente na **Festa da Amizade,** conhecida iniciativa aberta ao convívio popular no concelho de **Almada.** A próxima Festa — já na sua 8.ª edição — decorrerá no primeiro fim-de-semana de Junho, no Laranjeiro. Além do artesanato e das especialidades gastronómicas das referidas regiões, a Festa apresenta, naturalmente, um largo conjunto de atractivos na sua programação para os dias 1, 2 e 3 do próximo mês. É o caso dos pavilhões e *stands* dos organismos do concelho de Almada, as exposições, as manifestações culturais e recreativas, o desporto, os jogos populares e os espectáculos. Nestes participarão, entre outros, **Carlos do Carmo, Sérgio Godinho, Rui Veloso, Carlos Mendes,** grupo **«Cretcheu»,** ranchos folclóricos da **Palhota e Praias do Sado** (adultos e infantis), banda da **SFUAP,** grupos corais **«Operário das Praias do Sado», «Alentejo das Palvas», «Os Amigos do Barreiro», «Infantil da SFUAP, «Camponeses de Vale de Vargo»** e da **URPICA;** e ainda os grupos de música popular portuguesa **«Sementes», «Cantares», «Disto e D'Aquilo»** e Zés Pereiras «Companheiros da Alegria» (Barcelos). Está prevista a realização de três torneios masculinos e um feminino de futebol de cinco, quatro provas de atletismo, xadrez, damas, chinquilho e ginástica.

Reunião da C. Concelhia da Amadora

A Comissão Concelhia da Amadora do PCP, reunida em 19 de Maio de 1984, para preparação da 1.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa, analisou o projecto de resolução política já distribuído por toda a Organização, analisou a situação social do Concelho, e a situação autárquica do Município.

Quanto à primeira questão, concluiu-se que a preparação da Assembleia vai inserir-se na situação política e social, e no desenvolvimento da luta de massas pela exigência de uma alternativa democrática, e a formação de um governo democrático que retome os caminhos de Abril. No tocante à situação das autarquias do concelho (onde também se faz sentir a política antinacional do Governo PS/PSD), verificou-se que «a actuação da APU se tem pautado pela defesa intransigente dos interesses das populações e do Município.

Reconhecendo que «a classe operária, os trabalhadores, a população laboriosa do Concelho da Amadora tem sabido resistir e combater a ruinosa política do Governo» e «têm desenvolvido e intensificado uma poderosa e firme luta, alcançando significativas vitórias na defesa dos postos de trabalho e da economia nacional», a Comissão Concelhia da Amadora exortaria «os trabalhadores e a população do Concelho a protestarem e continuarem a resistir firmemente contra os novos aumentos de preços que o Governo PS/PSD quer impor, agravando até ao desumano as já desumanas condições de vida dos portugueses».

Trabalhadores da Função Pública

Os trabalhadores comunistas da Função Pública da Organização Regional de Lisboa, reuniram-se, no dia 19 de Maio, num encontro que analisou e debateu aspectos da sua actividade e das consequências nocivas que a política do Governo PS/PSD vem imprimindo a nível da Administração Pública Central.

Festa no CT de Alfama

No próximo dia 26 de Maio o Centro de Trabalho do PCP em Alfama (Lisboa) comemora mais um aniversário. As festividades começarão pelas 16 horas com tarde infantil (palhaços, jogos e canções), a partir das 18 horas coro alentejano e teatro («Guerras de Alecrim e Mangerona»), às 19.30 petiscos, às 21.00 espectáculo de variedades e às 22.30 «Fado de Abril».

Plenário do CLL para discussão de fundos

Contando com a participação de Abílio Martins, membro do CC do PCP, realiza-se amanhã no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, um plenário para o qual são convocados todos os camaradas responsáveis pela Frente de Trabalho de Fundos nos Organismos de Direcção, Comissões de Freguesia, Secretariados de Célula e núcleos, promovido pelo Comité Local de Lisboa. A ordem de trabalhos prevê a análise ao trabalho realizado e perspectivas futuras, conclusões e análise da situação política.

Debate na Parede

A Organização da Parede do Partido Comunista Português, vai realizar no sábado, na Sociedade Recreativa Murtalense às 21 e 30 um debate sobre os Ógãos de Comunicação Social, com a presença de Correia da Fonseca.

Plenário de militantes no Estoril

A Comissão de Freguesia do PCP do Estoril organiza um plenário de militantes no próximo dia 25, às 21 horas, no Centro de Trabalho da Galiza, onde serão analisadas reestruturações a efectuar na organização do Partido e se fará uma análise da situação política actual.

Lisboa- Encontro de militantes das colectividades

No passado dia 19, no Centro de Trabalho Vitória, realizou-se um Encontro de Militantes do PCP nas Colectividades e outras associações do distrito, no qual participaram mais de 7 dezenas de quadros com responsabilidades em direcções de colectividades ou secções, assim como eleitos do Poder Local.

Foram salientadas as grandes dificuldades com que se debatem as Colectividades, dificuldades estas provocadas pela política centralizadora do Governo no campo da cultura e desporto, e igualmente dos seus departamentos.

Neste encontro foi aprovada uma moção a ser enviada aos órgãos de soberania exigindo uma maior descentralização e respeito pela Constituição.

No final do encontro, interveio o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP que analisou a situação política, ligando a importância do reforço da organização do Partido nesta frente com a Resolução Política do X Congresso do Partido e a realização da 1.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa.

Plenário de Organização na Brandoa

Para a discussão da 1.ª Assembleia da ORL do PCP, realiza-se no próximo dia 26, pelas 15 horas, no pavilhão polivalente da Brandoa, um plenário da organização local do Partido. Da ordem de trabalhos também faz parte a discussão da situação política e social.

Cascais: encontro de células de empresa

Com a presença de José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP, realizar-se-á no próximo dia 28, no Centro de Trabalho, pelas 19.00, um encontro de quadros de células de empresas do concelho de Cascais.

Neste encontro, devem participar os camaradas dos OD's de Células de Empresas, os membros dos seus Secretariados e outros camaradas destacados na actividade do Partido.

Para uma melhor preparação da discussão a realizar, a organização distribuiu em documento alguns tópicos com o objectivo de facilitar a intervenção a todos os camaradas, na abordagem dos problemas que se colocam à acção política nas empresas, os quais constituem um apoio à participação na discussão, não devendo constituir nenhum guião obrigatório, devendo os camaradas colocar todas as opiniões, sugestões e propostas que entendam úteis e necessárias à melhoria do trabalho do Partido.

Assembleia de Organização de Vialonga

Segundo nota recebida no nosso jornal, «a Organização da Freguesia de Vialonga do PCP, interpretando a resolução do X Congresso, vai realizar a sua III Assembleia de Organização, cujo lema «Reforçar o Partido para a vitória de Abril», consubstancia a preocupação constante dos comunistas da freguesia no sentido de reforçarem a sua capacidade de intervenção responsável e construtiva junto dos trabalhadores e da população, contribuindo assim para a defesa e consolidação das conquistas de Abril e do regime democrático».

A Assembleia está marcada para dia 26 deste mês, pelas 14 horas, na Casa do Povo de Vialonga.

PCP de Olhão analisa problemas locais

Em 11 de Maio reuniu a Comissão Concelhia de Olhão do PCP para análise das situações política e social nacionais e, em particular, no Concelho.

Concluir-se-ia que «o decorrer dos últimos meses tem agravado constantemente as condições de vida da nossa terra, sobretudo dos trabalhadores», situação que se verifica na indústria, nas pescas, no comércio, enquanto «continuam as destruições das casas na Ria e a saúde e o ensino pioram».

E afirma-se: «Tudo isto que se está a passar em Olhão (e no resto do País), não é por causa do gonçalvismo. Deve-se sim à política desenfreada e deliberada do Governo Mário Soares/Mota Pinto, que pretende tirar tudo o que os trabalhadores e o Povo conseguiram com o 25 de Abril, para entregar ao grande capital e aos seus amigos estrangeiros. Se para isso for preciso que os trabalhadores e as suas famílias passem fome, o senhor Mário Soares tem muita pena, mas é a crise e tem que haver sacrifícios», pelo que «a resolução dos problemas com que Olhão se está a debater passa por uma nova política e um novo governo, que saiba aproveitar o que Olhaão e o resto do País têm».

II Assembleia do PCP de S. Lourenço – Azeitão

Com a presença de Luís Manuel de Carvalho, membro da DOR de Setúbal e dois elementos da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, realizou-se a II Assembleia de Organização da Freguesia de S. Lourenço – Azeitão. Estiveram presentes 27 membros delegados da organização (35%) que aprovariam, depois de discutido e analisado, o relatório da Comissão de Freguesia e elegeriam a nova Comissão de Freguesia, que conta com 12 membros (três dos quais mulheres).

Seriam ainda discutidos e aprovados por unanimidade de votos uma moção contra a política do Governo e uma saudação pela realização da I Assembleia da Organização Regional de Setúbal.

Plenário da DORSA

Realizou-se no passado dia 15 de Maio a terceira reunião do plenário da DORSA do PCP deste ano, que teve como objectivos discutir a situação política e social da região, questões de direcção do trabalho partidário e aprovar uma resolução sobre a primeira Assembleia da Organização Regional do PCP a efectuar em 3 de Novembro próximo.

Foram abordadas e aprofundadas quatro questões, sob os seguintes lemas: 1 — O governo PS/PSD não serve o povo nem o País; 2 — A luta em defesa de Abril; 3 — Alarga-se o campo que se transformará em alternativa; 4 — Reforçar o Partido.

Plenário da Comissão Distrital de Évora

Realizou-se no passado dia 20 o Plenário da Comissão Distrital de Évora que aprovou um comunicado sobre o aumento do pão e a realização da I Assembleia de Organização da Comissão Distrital, em 9 de Dezembro próximo.

O Plenário destacou ainda a necessidade de intensificar a luta contra o pacote antiautárquico, que representa uma grave ameaça ao Poder Local democrático.

Sublinhou a ampla adesão à greve dos trabalhadores do STAL no distrito, 85%, contra o pacote antiautárquico do Governo PS/PSD.

Reuniões na Concelhia de Campo Maior

No passado fim-de-semana a Comissão Concelhia de Campo Maior realizou três reuniões — de quadros da Reforma Agrária, de eleitos das autarquias e um plenário de militantes (150).

Na primeira (reunião de quadros da Reforma Agrária) foi apontada a necessidade de reforçar as células das UCPs e Cooperativas «Unidade de Trabalhadores» e «Vasco Gonçalves», reforço esse inserido já na resolução tomada pela Comissão Política do CC do PCP. Em breve será feita a estruturação dos núcleos da primeira célula e será marcada a data da sua 2.ª assembleia de organização.

Na reunião dos eleitos das autarquias foram analisadas as graves consequências para o Poder Local democrático e aplicação das leis recentemente aprovadas pelo Governo PS/PSD, que foram condenadas por todos os eleitos presentes. A reunião decidiu, entre outras coisas, marcar para fim de Junho um encontro de eleitos e activistas da APU.

Finalmente e, no plenário de militantes foi aprovada a proposta da Comissão Concelhia do PCP sobre um plano de debates com a população a iniciar no próximo dia 25 até ao fim de Junho, assim dividido: no dia 25, «Situação Económica» (Carlos Carvalhas); dia 30 de Junho, «A Mulher e a Revolução de Abril»; dia 16 de Junho, «O Poder Local Democrático, Conquista de Abril»; dia 23 de Junho, «Agricultura e a Revolução de Abril»; dia 30 de Junho, «A Juventude no Portugal de Abril».

Debates em Coimbra

Promovido pelo organismo de animação cultural do PCP de Coimbra realizou-se no passado dia 19, no Centro de Trabalho, um debate sobre a América Latina onde estiveram 100 pessoas. Falou Miguel Urbano Rodrigues, director de «o diário», tendo o debate, vivo e participado, durado quatro horas.

Ainda no Centro de Trabalho do PCP de Coimbra, realizar-se-á no próximo dia 26, pelas 15 horas, um colóquio sobre sindicalismo, que contará com o dirigente da CGTP-IN, José Luís Judas.

Células de empresa no Porto

A DORP do PCP promoveu no dia 19 do corrente uma reunião de militantes do distrito para examinar as tarefas decorrentes da campanha de reforço das células de empresa decidida pela Comissão Política do Comité Central.

Mais de 200 quadros comunistas das variadas organizações do distrito, nomeadamente das principais organizações operárias e de sectores de classe profissional, debateram a situação, as deficiências e os êxitos alcançados.

Através de numerosas intervenções, a reunião permitiu avançar na definição das principais objectivos a atingir e das mais importantes medidas políticas e de organização necessárias.

No quadro da brutal ofensiva desenvolvida pelo Governo Soares/Pinto contra as grandes conquistas do 25 de Abril, ofensiva que tem conduzido ao agravamento de todos os problemas nacionais, à intensificação da exploração dos trabalhadores, o reforço das células de empresa do PCP liga-se indissoluvelmente ao reforço da luta e da unidade dos trabalhadores e dos democratas portugueses por uma nova política e um novo governo.

2.ª Assembleia da freguesia da Senhora da Hora

Realizou-se no passado domingo, a 2.ª Assembleia de Organização da Senhora da Hora que fez um balanço da actividade dos comunistas na freguesia, programou o trabalho futuro e elegeu a nova comissão de freguesia com 17 camaradas, sendo 60% operários, 40% empregados e 20% mulheres.

Na Assembleia foram ainda eleitos os delegados à 1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Matosinhos.

Esta reunião dos comunistas da Senhora da Hora foi largamente participada tendo as questões de organização e os problemas locais merecido o maior número de intervenções. Os camaradas aprovaram várias moções nomeadamente contra o aumento de preços, de repúdio pelo presidente da Junta não ter cedido o salão para a realização da Assembleia, de saudação ao Núcleo de Pioneiros, que animou uma festa no final, e também ao «Avante!» pela passagem do 10.º aniversário de publicação na legalidade, cuja divulgação se comprometeram a aumentar e a melhorar.

Entendem os camaradas ser de salientar uma grande participação de mulheres nesta Assembleia que corresponde ao trabalho que estas vêm realizando na freguesia.

Interveio na reunião o camarada Emídio Ribeiro, da DORP e do CC.

Reunião de quadros APU em Braga

A Direcção da Organização Regional do Minho do PCP vai realizar, no próximo domingo, entre as 10 e as 17 horas, no Centro de Trabalho de Braga (Rua de Santo André, 15) uma reunião de quadros das Juntas de Freguesia de maioria APU, eleitos da APU noutras Juntas de Freguesia, vereadores e responsáveis do Partido.

Esta reunião conta com a presença de Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, e de Luís Sá, membro suplente do CC, e tem como objectivos fundamentais fazer um balanço do trabalho realizado, discutir a organização do Partido e traçar perspectivas de futuro.

Deputado comunista visita Castelo Branco e Tortosendo

Iniciou-se ontem e prosseguirá até amanhã a visita do deputado do PCP, Paulo Areosa, a Castelo Branco e a Tortosendo. A visita, essencialmente virada para estabelecimentos de ensino e debates com a juventude, enquadra-se num programa mais largo da DORB para o conhecimento mais concreto da situação da juventude na Beira Interior.

Trabalhadores

Uma pergunta ao leitor

*O que é para si a **segurança**, leitor benévolo e exacto?*
Não se incomode. É só uma pergunta corriqueira de jornal. Não vimos sondar, referendar, metê-lo em percentagens.
Dizêmos-lhe já:
A Segurança Social ou Previdência, como queira, não é para aqui chamada. Também não era na Segurança Pública que estávamos a pensar. Não cabe aqui também o perigo de guerra, o desemprego, os salários em atraso, a polícia de choque, o Governo, a coligação, as empresas arruinadas, as agressões a delegados sindicais e outros perigos assim.
*Pensamos só no que pode significar, ou melhor representar, para si hoje — **em abstracto**, note-se — a segurança, aqui em Portugal.*
Julgamos que não será talvez dos piores exercícios (chamemos-lhe assim; não queremos falar em apelos à consciência crítica) nesta altura em que as férias se aproximam (e não somos nós que nos aproximamos das férias, o que seria muito melhor) não seria má altura, dizíamos, para achar uma resposta a esta pergunta.
Não vale a pena consultar dicionários, ou outro livro qualquer. Não se trata de um concurso. Infelizmente não há prémio nenhum. Mas faça lá um pequeno esforço connosco. A palavra diz-lhe ao menos alguma coisa? Ou só pensa nisso quando a sua casa é assaltada, quando o seu filho pequeno sai sozinho à rua, ou em outras contingências dessas?
Daqui a pouco está o leitor já nada benévolo, mas sempre exacto, a pensar que estamos a sugerir estados de espírito, coisas assim. Nada disso.
Se lê um jornal ou outro mesmo pela rama, e olha para a TV, a nosso ver terá que ter uma ideia sobre segurança. Todos têm.
Dizemos-lhe já qual é a nossa. Talvez facilite.
Para nós neste instante, a segurança é uma abstracção sem sentido em português. Não tem base objectiva de qualquer espécie. É palavra a eliminar do vocabulário corrente.
*Deve acontecer-lhe o mesmo que à palavra «derrotismo» que o dr. Mário Soares acaba de eliminar de um traço (**trait**) adoptando o «**defetismo**».*
Devemos banir tudo o que só tem existência nas nossas cabeças. A começar pela língua nacional.
*Nestes tempos de Primavera chuviscosa, com as férias quase à porta, acabemos com a palavra **segurança** — abstracção sem nexo — no idioma português.*
*Para escapar, no entanto, à acusação de «**defetismo**», propomos que se adopte em troca, com genuíno tom quinhentista, o vocábulo rigoroso de **seguridade.***
Ficaremos com ele muito mais perto da lusitana Europa. Da América, até. (Olá Europa, olá América!).
Não está de acordo, o leitor?

Siderurgia
Um governante conciliador

Ficou marcada para esta semana a primeira reunião de conciliação do acordo de empresa da Siderurgia Nacional. Sexta-feira, a comissão de trabalhadores (COTRA) afirmava que, no dia anterior, o secretário de Estado do Trabalho concordara com os sindicatos representativos quanto à «questão da discriminação salarial». Disse ainda aquele membro do Governo, segundo a Federação e as ORTs da SN, que «interveio pessoalmente para pôr termo ao conflito», recentemente vivido na empresa, e «**pelo qual responsabiliza o conselho de gerência**». As ORTs, que convocaram um plenário para anteontem, acrescentam que, na reunião de quinta-feira passada, o secretário de Estado do Trabalho «disse ainda que iria falar pessoalmente com o conselho de gerência no sentido de pôr termo ao agravamento do conflito, que continua latente face às intenções repressivas do CG».

As ORTs da SN apoiaram participando nas acções de luta do sector, designadamente na jornada de anteontem, com concentração em frente ao Ministério da Indústria em Lisboa, idêntica concentração no Porto e acções junto das delegações do MT no resto do País.

Poder local

Porto: Encontro de Munícipes...

Vai realizar-se no próximo sábado, às 10 horas, na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, e por iniciativa da APU, um Encontro de Munícipes do Porto.

Este encontro tem por objectivo principal fazer um balanço da actividade da APU, discutindo e aprofundando com a população da cidade os problemas existentes e as perspectivas para o futuro.

Com a realização do Encontro de Munícipes do Porto a APU pretende, tendo em conta novas situações, desenvolver a discussão em torno dos seguintes temas que constituirão secções do encontro: habitação, limpeza, electricidade, água e saneamento, trânsito, transportes, estado das ruas, cultura, desporto, equipamentos sociais e zonas verdes.

O encontro iniciar-se-á com um plenário, seguindo-se a discussão nas secções e de novo o plenário onde serão votadas as conclusões.

Com a participação da população da cidade, dos seus representantes nas Associações e Comissões de Moradores, nas estruturas populares do Porto, a APU espera conseguir encontrar as soluções justas para os problemas da cidade.

...e Dia da Limpeza

Realizou-se no passado domingo, no Porto, o Dia da Limpeza, uma iniciativa do Pelouro da Limpeza e serviços gerais da Câmara Municipal do Porto, dirigido pela APU. O dia da limpeza constituiu uma importante acção de sensibilização da população da cidade para o problema da sua limpeza que reuniu muitas dezenas de milhares de populares. A manhã de domingo esteve reservada aos mais pequenos que puderam pintar e modelar e que tiveram à sua disposição os balões «Porto connosco é limpinho». À tarde, o pavilhão Portex encheu por completo para um espectáculo onde participaram entre outros: Maria Guinot, Paulo de Carvalho e Carlos do Carmo.

A enorme adesão popular a esta iniciativa prova o bom trabalho da APU, a justeza da sua actividade em estreita colaboração com a população. Em cerca de ano e meio a APU no Pelouro de Limpeza da Câmara do Porto, reestruturou os serviços, removeu dezenas de lixeiras, limpou monumentos e edifícios públicos, espalhou pela cidade de novas e funcionais papeleiras, enfim desenvolve uma preciosa campanha de sensibilização da população, sem a qual será impossível limpar e manter limpa a cidade.

RECORRER A TODAS AS FORMAS DE LUTA

Entre 28 de Maio e 2 de Junho: semana de luta e sensibilização no **sector têxtil** a nível nacional/1 de Junho: concentração de dirigentes e activistas sindicais em Lisboa/Tem início amanhã, 25, o III Congresso da **FSMMMP** (Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal) **Comércio e Serviços** de Lisboa: concentração, dia 29, terça-feira, em frente à Câmara Municipal Hoje: concentração às 10 horas (MT-Lisboa) de delegados sindicais das **indústrias eléctricas**/

Num clima de insegurança social crescente, com repetidas ameaças deste Governo e da sua política de guerra social, agravada com os súbitos aumentos de preços (ver página 3) e a instabilidade instalada em empresas e sectores dos que mais contam para a economia nacional, a CGTP-IN, que acaba de marcar uma concentração nacional para 2 de Junho em Lisboa, reuniu o seu Conselho Nacional no sábado. O órgão dirigente da Central decidiu **«recorrer a todas as formas de luta necessárias e adequadas para defender os direitos e interesses dos trabalhadores**, pôr termo à política de ruína e miséria, com a consequente demissão do Governo, e contribuir para uma alternativa democrática, assente no pleno respeito pela Constituição e pelo 25 de Abril».

A Central sublinha a necessidade imperiosa de «desenvolver todos os esforços e acções para reforçar a unidade e o entendimento entre os diversos sectores democráticos». Apelando a todos os democratas e patriotas para que se concretize urgentemente a solução governativa que substitua este Governo, o CN da CGTP-IN considera que a actual marcha, diversificação e intensificação da luta dos trabalhadores apontam para um aumento da sua mobilização e dinamização das suas estruturas, com vista a **desenvolver acções de luta com expressão nacional.**

A nível de empresa e de sector, com relevo para os mais ameaçados pela política liquidacionista do Governo PS/PSD, destacaram-se nos últimos dias as acções de luta promovidas pelas organizações sindicais representativas da metalurgia e metalomecânica, que englobam ou têm reflexos directos nas indústrias naval, siderúrgica, montagem de automóveis, transportes, pescas e marinha comercial.

No comércio e serviços regista-se larga movimentação, com acções já marcadas, em defesa da semana inglesa, contra a carestia, em defesa das nacionalizações.

A luta pela contratação colectiva sobe também de expressão designadamente nos transportes, siderurgia, linhas de montagem, petroquímica.

Os salários em atraso, com tendência para aumentar, continuam a tornar indispensável a luta, assim como o apoio solidário a todas as diligências capazes de minorar esse flagelo, que o Governo em vez de combater incentiva, com os seus apelos e ameaças no sentido de aumentar o desemprego e alterar as leis laborais que ainda defendem direitos elementares dos trabalhadores.

Neste campo das dívidas salariais, relevo para a CIFA, que desenvolveu e diversificou ultimamente as formas de luta pela pagamento de mais de 15 meses de salários em atraso e pelo funcionamento da fábrica.

Entre outras empresas, de salientar ainda as lutas na **Termec** e **Auto-Industrial** (Coimbra) e na **Algot** (Póvoa do Varzim). Acerca desta última empresa, o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, reclamando «imediato apuramento e punição dos responsáveis», acusava recentemente o patronato de ter mandado um «grupo de capangas» espancar brutalmente cinco dirigentes sindicais, quanbdo distribuiam comunicados à porta da empresa exigindo a reintegração de 180 trabalhadores suspensos pelos patrões e posteriormente mandados reintegrar por organismos oficiais. A CGTP-IN e várias associações sindicatis condenaram a agressão e exigiram a punição dos responsáveis por aquele acto terrorista do patronato.

Aumentos salariais de 20% na Madeira

Num apelo à sindicalização e divulgando os requisitos a preencher para o efeito, o Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos da Região Autónoma da Madeira publica no seu «Boletim Informativo» n.º 1, de Março findo, as novas tabelas salariais para aquela indústria. Aplicáveis desde 1 de Janeiro de 1984, os novos salários foram aumentados 20 por cento. O subsídio de refeição é de 80 escudos por dia de trabalho efectivo, de acordo com o CCTV para a Indústria da Construção Civil naquela Região.

Com a ajuda dos amarelos
Baixos salários e contratos por rever

*A «utilização pelo patronato e empresas públicas de organizações divisionistas, com o objectivo de forçar a aplicação de aumentos salariais insuficientes, e nalguns casos até a perda de direitos e regalias», é mencionada pela CGTP-IN, numa análise às «dificuldades actuais da contratação colectiva», como «causa predominante do congelamento das negociações. O gabinete de estudos da Inter, que cita nomeadamente os contratos colectivos dos têxteis, vestuário, panificação (Centro e Sul), indústria e comércio farmacêutico, CP, Carris e Metro, sublinha igualmente a **particular responsabilidade do Governo** pela situação de **impasse** verificada neste campo, onde apenas 52 dos 93 processos movimentados no primeiro trimestre deste ano foram concluídos, com um aumento médio salarial da ordem dos 20,5 por cento. Abrangendo apenas a tabela salarial e excluindo as cláusulas de expressão pecuniária, como subsídios e outras regalias contratuais, esses processos de contratação colectiva são aplicáveis a 1 330 550 trabalhadores, acrescenta o estudo divulgado pela Inter, sexta-feira passada. Sublinhando que «uma parte significativa dos trabalhadores é abrangida por processos que se encontram em impasse há vários meses», a CGTP-IN revela que no segundo trimestre prevê-se a movimentação de 73 convenções colectivas. Dos primeiros três meses deste ano transitam 41 processos, «abrangendo cerca de 900 mil trabalhadores». As particulares responsabilidades do Governo neste campo incidem, para além das funções específicas que lhe cabem na «prevenção e resolução dos conflitos», no facto de o Ministério do Trabalho ameaçar recorrer novamente a **«portarias de extensão ilegais»**, que negam o direito à contratação colectiva, negociada pelas organizações representativas dos trabalhadores.*

Montagem de automóveis: Pela prorrogação da lei

De uma série de medidas reclamadas pelos trabalhadores das linhas de montagem de automóveis destaca-se a exigência da prorrogação da lei que regulamenta essa actividade no nosso país. Reunidos quinta-feira passada em Setúbal, representantes daqueles trabalhadores exigiram ainda que, no âmbito dos Ministérios correspondentes, seja criada uma «comissão específica para a reorganização do sector, com a participação das estruturas representativas dos trabalhadores, visando a reconversão da actividade das unidades de montagem e das unidades ligadas à montagem automóvel, nomeadamente através da fabricação de equipamento para a agro-pecuária, pesca e agricultura; a incrementação da produção nacional de veículos de transportes públicos e de carga; e a criação de condições necessárias ao desenvolvimento das empresas de componentes e acessórios já existentes, por forma a desenvolver a incorporação nacional». Entretando, no **Porto**, o Primeiro-Ministro recusava audiência, no sábado, aos representantes sindicais dos metalúrgicos. «Mário Soares não recebeu os sindicalistas, nem autorizou que alguém recebesse os documentos sindicais», refere o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito do Porto.

STCP: quanto mais tarde...

À semelhança do que praticam outras empresas públicas relativamente à revisão de salários e mais remunerações, o conselho de gerência do STCP (Serviço de Transportes Colectivos do Porto) acaba de mostrar que segue as orientações do Governo para não cumprir a lei. Sexta-feira passada, a comissão executiva da FESTRU (Federação dos rodoviários) acusava o CG daquela empresa de não ter entregue até ao dia 16 deste mês a «sua contraproposta para início das negociações» de revisão do AE (acordo de empresa), ignorando assim o prazo legal e a cláusula 3.ª do acordo em vigor. O conselho de gerência do STCP não deu qualquer explicação aos Sindicatos, afirma a comissão executiva da FESTRU.

Nacional

Mário Soares em Braga com a polícia atrás

Mais uma vez Mário Soares foi a Braga rodeado de polícias, intimidações e uma ostensiva alergia a tudo o que fosse trabalhadores, sindicalistas ou contactos populares. E nem a «natureza particular» da deslocação (à Universidade do Minho para dicorrer sobre... **política externa**) pôde dissimular um primeiro-ministro isolado e voluntariamente inacessível.

Foi no passado dia 19 que o actual Primeiro-Ministro se deslocou por hora e meia à cidade de Braga. Aguardava-o um «cordão sanitário» de polícias que isolariam o largo do Paço e as imediações da Reitoria da Universidade do Minho (onde se perpetraria a alocução intrinsecamente ligada aos problemas minhotos, como é a «política externa» deste Governo), encerrando-o ao trânsito de peões.

Mas como esta região está a braços com problemas decididamente mais urgentes que a «política externa», deslocar-se-iam a Braga, na ocasião, cerca de 100 trabalhadores da «Chromolit» (que paralizou nesse dia exigindo o pagamento dos salários em atraso) e da «Pátria» (empresa química de Guimarães também em greve pelo pagamento do salário de Abril e de 50 contos de retroactivos) — estes últimos para se dirigirem à delegação do Ministério do Trabalho, onde se realizava uma reunião com a entidade patronal para desbloquear o conflito.

Entretanto — e coincidindo com a ilustre visita — cerca de 200 delegados e dirigentes sindicais reuniram-se na cidade em plenário para discutir os graves problemas que afectam a região. Seriam ameaçados por um graduado da PSP pouco antes da chegada de Sua Excelência («a mando do Governador Civil de Braga» segundo uma nota da União dos Sindicatos), que os «advertiria» que a polícia carregaria sobre os trabalhadores **se estes se deslocassem em conjunto para a Universidade do Minho!**

É claro que estes deslocaram-se mesmo, em pequenos grupos, até às barreiras metálicas escoradas em dezenas de polícias que «isolaram» o Primeiro-Ministro de qualquer contacto (havendo pelo menos uma carrinha de polícias de choque nas imediações) e exigiram falar com Mário Soares. Apenas uma delegação pôde passar a barreira e falar com o assessor do Trabalho (Nunes da Silva), que, tal como fizera três meses antes noutra deslocação primo-ministerial, se limitaria a receber os «dossiers» sobre as situações mais graves de salários em atraso e repressão sindical na região. Conhecendo-se, como se conhece, o horror de Mário Soares ao contacto com os «dossiers», não se afigura provável que o actual chefe de Governo abra agora uma excepção a este tipo de estudos...

Finalmente a delegação, regressada da «entrevista» com o assessor do Trabalho, faria uma intervenção aos trabalhadores concentrados junto às barreiras, os quais ali se manteriam cerca de hora e meia até à chegada de Mário Soares, brindando-o com monumental vaia. Durante a concentração (que despertaria a atenção das pessoas e o seu repúdio pela actuação do Primeiro-Ministro), circulou na cidade um carro sonoro do movimento sindical informando das deslocações das delegações dos trabalhadores junto de Mário Soares e denunciando o Governo Civil e a provocação policial. A PSP interceptaria o carro, procuraria sem êxito impedir a sua circulação e acabaria «identificando» os seus ocupantes.

Eis mais uma exibição do Primeiro-Ministro «dialogante» e «socialista» que temos. O tal que, para arrebanhar os votos que nas últimas eleições o levaram ao Poder, se dizia o lídimo defensor dos trabalhadores deste País...

Portugal é uma base militar?

Múltiplas tomadas de posição e diversificadas acções estão a ter lugar no nosso país, contra a transformação de Portugal numa peça da engrenagem militarista da NATO. Acções e tomadas de posição que vão desde a denúncia da passagem de submarinos com armas nucleares pelo porto de Lisboa à realização de debates de autarcas sobre defesa da paz, de que são exemplo a reunião de autarcas pela Paz, realizada este mês por iniciativa da Comissão de Paz de Lisboa, ou ainda o encontro de presidentes de municípios de Setúbal, com o bispo de Setúbal.

A assinatura do acordo de 27 de Março entre o Governo PS/PSD e o governo norte-americano — só agora do conhecimento público — autorizando a instalação de uma Estação Militar de Rastreio na Serra do Caldeirão, em Almodôvar — de particular gravidade — tem vindo a desencadear diversos protestos.

A **Comissão Distrital de Beja do PCP** chama a atenção para as consequências desta Estação militar de rastreio, destacando:

«— Almodôvar, o distrito de Beja e concelhos vizinhos do Algarve colocar-se-ão como alvo preferencial, no caso de conflito de guerra. O rebentamento de um só míssil de uma ogiva termonuclear de 20 magatoneladas, no local do radar, causaria a morte imediata (em menos de 15 segundos) da população numa área de 7 km, para além das consequências posteriores a exemplo de Hiroshima e Nagasaki».

Protestando contra este «novo passo na militarização do Algarve, a **Direcção da Organização Regional do Algarve do Partido Comunista Português**, em nota de imprensa onde são denunciados o carácter e as consequências da política externa desenvolvida pelo governo português, **«condena vigorosamente a instalação desta estação militar e apela à população do Algarve para que se una em torno da luta pela Paz, contra a escalada armamentista, levada a cabo por este Governo cuja política anti-patriótica em nada tem a ver com os interesses do nosso Povo e do nosso País».**

Denúncias de uma política

• Quando da recente assinatura do acordo técnico das Lajes — com Weinberger a representar o governo dos Estados Unidos, e Carlucci também presente — Mota Pinto salientou a «situação privilegiada das posições portuguesas» para «apoio a uma rápida deslocação de forças, destinadas à defesa de interesses vitais dos membros da NATO». Repisando ainda a «importância do triângulo estratégico português não só em tempo de paz para a vigilância de áreas essenciais, mas particularmente em tempo de guerra para o desenvolvimento de operações vitais à sobrevivência da NATO».

• Segundo a agência Anop, o secretário de Estado norte-americano de Defesa discutiu com o governo português a situação no Golfo — debate em que o governo português ofereceu os seus préstimos sob a forma de facilidades de trânsito militar.

Em entrevista à agência noticiosa iraquiana (INA), realizada em Abril, Jaime Gama declarou: «Portugal contribui para a estabilidade e defesa do Golfo concedendo facilidades militares de trânsito em seu território».

• Em entrevista recentemente concedida à Rádio Renascença, Gonçalves Pereira, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, afirmou que, quando do desembarque inglês nas Malvinas «foi solicitada a passagem de certos aviões pela base das Lajes», o governo português tomou posição favorável.

Eis um conjunto de factos — a que muitos outros se somam — que nos leva a perguntar: Portugal é já uma base militar do imperialismo? Que gente é esta que nos tem governado, e para onde quer conduzir o nosso país?

Coimbra – acções

Em breves notícias, eis um rápido panorama da situação na região de Coimbra, no que se refere ao Poder Local e ao movimento de massas:

• **Antuzede,** um abaixo-assinado com 307 assinaturas circula entre as mulheres da freguesia que reivindicam a instalação de duas escolas primárias.

• Na **margem direita do Mondego,** a população exige em baixo-assinado a melhoria dos transportes públicos.

• **Arvila,** o deputado do PCP pelo Distrito de Coimbra João Abrantes, visita a freguesia no próximo domingo para melhor conhecimento dos problemas aí existentes.

• Em comunicado, a Comissão Concelhia do PCP protesta contra os aumentos das tarifas de água em **Coimbra,** sem a Câmara ouvir a Assembleia Municipal e mesmo contra o parecer desta.

• A Comissão Concelhia do PCP em **Coimbra,** repudia o aumento da electricidade e a inclusão da taxa da RDP no pagamento da energia eléctrica à EDP.

• Figueira da Foz, a Câmara Municipal ameaça aumentar a água em mais de 30%.

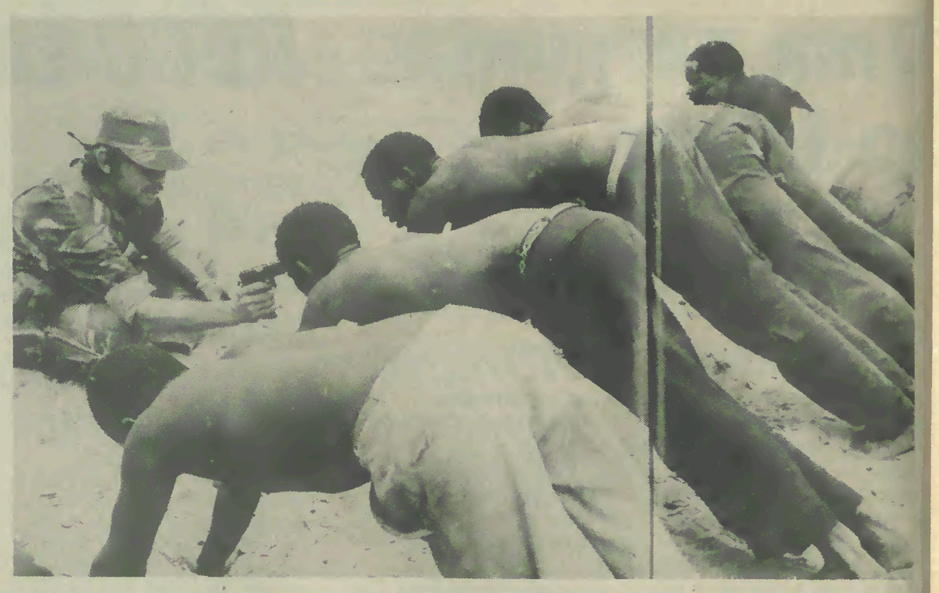
• **Vila Verde,** mais de 800 pessoas reclamam em abaixo-assinado a instalação de um posto médico.

Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

Internacional

ÁFRICA AUSTRAL

Solidariedade contra cumplicidade



Uma imagem do regime de «apartheid», de que um seu representante máximo vem à Europa, e também ao nosso país, para angariar apoios

No Verão de 83, na aldeia de Kaala, em Angola, 22 pessoas foram mortas quando bandos da Unita lançaram granadas de mão sobre a multidão que festejava o Carnaval. Quase um ano passou sobre um dos vários crimes praticados por um bando armado de que as estreitas ligações com a África do Sul são conhecidas (e até reconhecidas pelos próprios). Um acordo foi entretanto firmado entre Angola e a África do Sul, acordo que garantiria a retirada das tropas sul-africanas de território angolano, como a cessação do apoio — decisivo — de Pretória, aos bandos terroristas. Um acordo que não se pode desligar, quer da crescente resistência militar por parte de Angola às agressões ao seu território, quer dos êxitos da luta antiterrorista.

As tropas sul-africanas não retiraram ainda do território de Angola. E o lento processo de retirada parece ligar-se também a tentativas de deixar no terreno os grupos terroristas armados. Os mesmos que entretanto se atrevem a afirmar (a concretização de tais ameaças será naturalmente mais difícil), que é sua intenção o prosseguimento de acções contra as populações de cidades e vilas, e mesmo atingir voos de carreiras civis, a pretexto de que eventualmente poderão transportar também militares.

Simultaneamente, e conforme denúncia da agência de informação angolana Angop, os intentos da África do Sul estão longe de ser pacíficos. No «livro branco» elaborado por Pretória sobre a política militar da África do Sul para 1984, o elemento fundamental é que a força militar continuará a constituir o cerne das relações com os países vizinhos. E nem só de intenções políticas se trata. O orçamento militar bem testemunha desta linha de orientação. Assim, em relação ao ano passado, o orçamento de guerra (outro nome é difícil atribuir-lhe) aprovado pelo regime racista de Botha, aumenta em cerca de 25 por cento. Um aumento radical que prioritariamente se destina à criação e compra, no estrangeiro, de novos sistemas de armamentos, mísseis, aviões e navios com os quais, de acordo com o comentário da Angop ao «livro branco», «pode exceder de longe os marcos dos Estados da Linha da Frente da África Austral».

A questão inevitável que se coloca é: como é isto possível? Porquê o não cumprimento dos acordos de Lusaka, de 16 de Fevereiro? Porque é que em Maio as tropas de Pretória continuam em Angola, quando o limite fixado para a retirada era de 31 de Março? Porque é que um Estado que diz dispor-se a relações de paz com os países fronteiriços, elabora um orçamento de Defesa claramente ofensivo?

Que apoios estão por detrás de tudo isto?

Os apoios internacionais a Pretória — factor decisivo

Justamente se afirmou, em tempos de fascismo em Portugal, que a guerra colonial não teria sido possível sem o decisivo apoio do imperialismo, dos países da NATO.

Não podemos fazer paralelos lineares entre situações bem diversas. A África do Sul é um país com outras possibilidades económicas, que conta com amplas riquezas naturais e com a mais desumana exploração de uma ampla mão-de-obra barata: a maioria negra da população.

Não é menos verdade, entretanto, que, mesmo cingindo-nos só a termos económicos, isso só por si não basta. Mesmo a grande potência imperialista — os Estados Unidos — financia boa parte da corrida aos armamentos à custa de outros países e povos, nomeadamente dos seus parceiros da Europa capitalista, através da política de créditos e das oscilações de valor impressas ao dólar. E a África do Sul, com o incremento da luta do povo namibiano pela sua independência, está já a perder com a Namíbia, na relação entre gastos militares e exploração das riquezas e da mão-de-obra do país.

Num seminário das Nações Unidas realizado na Jugoslávia, e em relatório apresentado pelo Centro de política internacional de Washington (não governamental), afirma-se, em referência ao empréstimo de 1,1 biliões de dólares, feito pelo FMI à África do Sul: «Em 1983, a África do Sul declarou publicamente que o custo da campanha militar na Namíbia tinha sido de um milhão de dólares: ora **o empréstimo do FMI, pode-se afirmá-lo, permitiu à África do Sul de prosseguir facilmente com a ocupação militar da Namíbia e a guerra de agressão contra Angola».**

Os empréstimos do FMI são apenas uma parcela do múltiplo apoio concedido à África do Sul. É preciso não esquecermos, por exemplo, que só na Namíbia, e apesar das resoluções das Nações Unidas, operam 45 empresas multinacionais, da Grã-Bretanha, RFA, França, Estados Unidos e Canadá.

Isto no plano mais estritamente económico.

No plano militar os apoios não são menores. É o próprio presidente do Conselho da África do Sul para a energia atómica que reconhece que o alto nível do desenvolvimento da tecnologia nuclear sul-africana não seria possível sem a ajuda e apoio dos EUA. O que muito concretamente significa — como já foi amplamente denunciado — que a África do Sul dispõe hoje de tudo o que é necessário para o fabrico da arma nuclear (pelo menos).

Há poucos dias, a agência de informação Kuna, do Koweit, anunciou que, só durante o exercício financeiro dos anos de 1981, 82 e 83, o departamento de Estado norte-americano autorizara vendas à RSA no valor de 28,3 milhões de dólares, acrescentando-se que materiais para a indústria de guerra sul-africana são vendidos por empresas norte-americanas como a «Avco Corporation», a «Teledyne», a «Rateon Manufacturing Company», a «Goodyear» e a «Bell».

Nem só de política se vai tratar nos encontros de Botha com dirigentes políticos da Europa capitalista, que assim claramente manifestam o seu apoio ao *apartheid*. Em Londres, por exemplo, um dos negócios em causa será a compra de aviões e material militar para vigilância aérea e marítima (estranha «vigilância», quando parte da iniciativa do agressor...) à empresa nacionalizada «British Aerospace».

Sem estes apoios — nos planos militar, político e económico — não seria possível a guerra quotidiana do regime de Pretória contra o povo da Namíbia, contra os povos da África Austral — em particular Angola e Moçambique —, contra o seu próprio povo.

Cimeira de Arusha — a alternativa

«Os chefes de Estado e de governo e os líderes dos Movimentos de Libertação reafirmam o seu total e incondicional engajamento nas lutas de libertação do Povo da Namíbia contra o colonialismo, e do Povo da África do Sul contra o *apartheid*. Reafirmam a sua convicção, e a da OUA, de que a libertação total de África do colonialismo e do racismo é fundamental para a segurança de todos os Estados independentes do Continente e, em particular, dos Estados da Linha da Frente» — afirma-se no comunicado final da Cimeira de Arusha que reuniu chefes de Estado dos países da Linha da Frente e dirigentes da SWAPO e do ANC.

O comunicado constitui uma clara condenação do *apartheid*, uma expressão da solidariedade da Linha da Frente para com a luta dos povos da Namíbia e da África do Sul, um apelo à solidariedade internacional.

Em relação aos problemas candentes da Namíbia e da África do Sul: **«o objectivo imediato na Namíbia é, e tem de ser, a rápida implementação da Resolução 435 do Conselho de Segurança de 1978»; «no que diz respeito à África do Sul, o objectivo (...) é a abolição do *apartheid* por todos os meios necessários».**

Dois problemas fundamentais a que se soma um outro: **«Faz parte integrante desta luta pela libertação total da África do colonialismo e racismo, a consolidação da liberdade e segurança dos Estados que atingiram a independência.»**

Tarefas que — pela sua envergadura e pela sua importância, não só para o continente africano, mas para todo o mundo — exigem a solidariedade internacional. E o seu reforço (tal como se reforça o apoio cúmplice do imperialismo a Pretória).

Por isso, «os chefes de Estado e de governo dos Estados da Linha da Frente e os líderes dos Movimentos de Libertação representados na reunião de Arusha, ao reafirmarem o seu engajamento na luta pela liberdade na Namíbia e África do Sul, chamam a atenção para o peso que carregam em nome da consciência mundial e em nome da condenação internacional do colonialismo e *apartheid*. Portanto, **apelam à participação activa na luta por parte de todas as outras nações, outras organizações e instituições e todas as pessoas que aceitam princípios da dignidade humana e igualdade».**

É esta batalha solidária e unida a única alternativa possível.

Acção de protesto contra visita de Botha

Amanhã, dia 25, dia da fundação da OUA — Organização de Unidade Africana, dia da Libertação de África, as Associações de Amizade Portugal-Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, promovem a realização no **Rossio, às 18.30,** de uma acção de protesto contra a vinda ao nosso País do primeiro-ministro do Estado racista da África do Sul, Pieter Botha.

Vamos assim **«reivindicar do Governo português uma verdadeira política de amizade e cooperação com os Estados africanos, para exigir o fim das actividades conspirativas em Portugal, contra a soberania desses povos, para protestar com veemência contra a vinda ao nosso País de tão indesejável visita».**

Equilíbrio estratégico

«Não admitimos a supremacia nuclear, mas o agravamento da confrontação nuclear não é a nossa opção» — afirmou o camarada Konstantin Tchernenko, chefe de Estado soviético, num encontro com o ministro de Negócios Estrangeiros da RFA. Uma afirmação que sintetiza a política soviética face à escalada armamentista promovida pelo imperialismo norte-americano. E que se traduz, simultaneamente, em abertura e disponibilidade permanente à participação em **verdadeiras** conversações de paz e pelo desanuviamento, e na manutenção de um equilíbrio estratégico que retire ao imperialismo qualquer possibilidade de concretização de planos de um ataque militar à comunidade socialista.

É neste quadro que foi anunciado, no domingo passado, pelo ministro soviético da Defesa, Dimitri Ustinov, o restabelecimento, pelo Tratado de Varsóvia, do equilíbrio estratégico, rompido pela NATO com a instalação na Europa ocidental dos mísseis norte-americanos *Cruise* e *Pershing 2*.

A restauração deste equilíbrio estratégico implicou a instalação de novos mísseis tácticos na República Democrática Alemã e na Checoslováquia, assim como a deslocação de «um número crescente de submarinos soviéticos dotados de mísseis nucleares» para junto das costas norte-americanas. Isto porque, como salienta o camarada Ustinov, a União Soviética, «responderia imediatamente a qualquer ataque exterior dirigido contra nós ou contra os nossos aliados. **A nossa resposta iria tanto contra os países de onde partisse o ataque, como contra os países implicados nessa decisão. Que ninguém tenha dúvidas quanto a isso».** Um facto que se tenta cuidadosamente ocultar do conhecimento do povo norte-americano – «a Washington não interessa nada resolver o perigo que está a fazer correr à sua própria população com a sua política militarista».

Com a reposição do equilíbrio estratégico fica mais claramente demonstrado que para ninguém aumentou a segurança, com a instalação dos novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa. Pelo contrário. «Qual foi o aumento de segurança resultante da instalação dos novos mísseis da NATO para a República Federal da Alemanha, a Itália ou a Grã-Bretanha?» – interrogou ainda Ustinov. «A sua segurança real diminuiu, tal como a dos Estados Unidos.»

Como foi reafirmado por Tchernenko, não é esta a política soviética. Mas é sem dúvida a dos Estados Unidos. O subsecretário norte-americano da Defesa para as armas nucleares, Richard Perfle, declarou, em entrevista à revista oeste-alemão «Stern», que Washington admite a possibilidade da colocação de mais mísseis na Europa, cabendo pelos vistos ao governo dos Estados Unidos o direito de avaliar se as ogivas já instaladas «serão suficientes para defender o ocidente europeu».

Uma perigosíssima linha política a que cabe aos povos da Europa pôr cobro. O restabelecimento do equilíbrio estratégico constitui uma ajuda objectiva à luta pela paz dos povos da Europa ocidental.

De Salvador às Filipinas – eleições à americana

Eleições há muitas embora haja quem pense que o acto eleitoral se esgote nuns tantos dias de propaganda e no gesto simples de introduzir na urna o voto que se presume traduzir a vontade do cidadão eleitor.
Nada de mais errado que esta visão simplista — quantas vezes instilada por forças que das eleições nada mais desejam que a concretização de inconfessáveis objectivos — e os exemplos comprovam-no amiúde.

Veja-se por exemplo as recentes eleições realizadas no Panamá, em Cuba, em El Salvador, nas Filipinas, apenas para citar alguns exemplos. Ainda que de carácter diferente, os referidos actos eleitorais visavam teoricamente um mesmo objectivo: a escolha popular dos seus representantes para o exercício de funções de administração do país.

Mas enquanto em Cuba as eleições se realizaram num ambiente de festa e dignidade, com a participação de todo um povo, em Salvador o ambiente era de medo e morte.

Enquanto em Cuba as crianças foram os vigilantes atentos das urnas onde os votos se iam acumulando, os auxiliares dedicados de idosos que com mais dificuldade se deslocavam aos locais de voto, em Salvador as ruas eram percorridas por soldados armados que assinalavam quem não cumpria a obrigação de votar, as urnas eram rodeadas de impressionante aparato repressivo, as ameaças de retaliações pairavam sobre os habitantes como um pesadelo.

Nas Filipinas, os locais de voto foram cena de manobras tendentes a deturpar o sentido do voto, as urnas abertas e fechadas sem estarem apurados os escrutínios, as forças policiais impediram a oposição de assistir à contagem dos mesmos.

Também no Panamá muita turbulência se registou até que os resultados oficiais fossem divulgados, com pressões internas e externas para se garantir a vitória que interessava e não o respeito pelos votos.

Isto para já não falar nas campanhas, que nos países dominados por ditaduras primaram pela censura e pela criação de toda a espécie de obstáculos às forças não afectas e mesmo pela exclusão de muitas delas.

Vem tudo isto a propósito das recentes «eleições» em Salvador e nas Filipinas do ditador Marcos, dois países bem distantes geograficamente mas na verdade tão perto nas políticas que desenvolvem.

Por ocasião da Conferência Internacional com a Nicarágua e pela Paz na América Central que no início do mês se realizou em Lisboa, uma guerrilheira salvadorenha afirmou ao «Avante"» que fosse qual fosse o «vencedor» das eleições presidenciais em El Salvador isso em nada modificaria a situação interna do país, já que as eleições não se realizavam para o conseguir mas para corresponder aos interesses dos Estados Unidos na região.

A caminho de Washington

Para quem tivesse dúvidas, os acontecimentos dos últimos dias vieram confirmar plenamente aquela afirmação. Declarado que foi vencedor das eleições salvadorenhas — que os próprios observadores norte-americanos não puderam deixar de considerar uma farsa — o democrata-cristão Napoleon Duarte fez as malas e seguiu para Washington. Segundo uns para prestar contas, segundo outros para acertar agulhas com Reagan.

O que de concreto se sabe é que Napoleon Duarte considera esta visita, que inclui não só conversações com Reagan como ainda com membros do congresso norte-americano, crucial para o futuro do governo salvadorenho que deverá ficar concluído no próximo mês. E porquê crucial? Porque o que está em jogo é a concessão de um auxílio adicional de 61,7 milhões de dólares para a manutenção dos interesses de Washington em Salvador.

Que é como quem diz para o financiamento da guerra contra o povo salvadorenho e a manutenção no poder de um regime favorável ao imperialismo.

Uma tarefa que se torna dia a dia mais difícil já que ninguém consegue ignorar que apesar da autêntica chuva de dólares, de sofisticado material de guerra, de «conselheiros» e de instrutores canalizados para Salvador, o exército governamental e os grupos para-militares não conseguem somar mais do que fracassos face à luta da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional. O peso de tais fracassos começa a fazer-se sentir no Congresso e na Câmara de Representantes dos EUA, onde começa a não ser fácil fazer aprovar verbas.

É claro que a administração Reagan não desiste facilmente. De assinalar, por exemplo, que pouco antes da chegada de Napoleon Duarte a Washington aquela decidiu conceder a Salvador 14 helicópteros de guerra, subterfúgio utilizado para contornar as deliberações do Congresso. Estimados em 20 milhões de dólares, os aparelhos foram doados já depois do Congresso ter recusado aumentar a assistência militar a Salvador.

Cabe agora ao novo presidente salvadorenho convencer os congressistas americanos do seu desejo de reinstalar a paz no país, para o que necessita, como afirmou à chegada, de mais ajuda militar...

A questão está em saber se aqueles desejam ser convencidos ou se começam a perceber que não é pelo caminho da guerra que se consegue a pacificação na América Central.

Há eleições e eleições... em Cuba, são as crianças e não as armas que atendem os votantes

A fábrica de votos

A situação dos aliados tradicionais do imperialismo norte-americano está longe de ser a mais auspiciosa. Nas Filipinas, onde o ditador Ferdinando Marcos reina há muito, o recente acto eleitoral com que se pretendeu dar uma fachada democrática ao regime trouxe à luz a sua verdadeira face.

Assim que os primeiros resultados não oficiais começaram a ser divulgados, não dando margem para dúvidas da vantagem da oposição — 12 partidos concorreram coligados na Unido — o ditador desencadeou os mecanismos para que a Comissão Governamental de Eleições lhe garantisse a maioria dos 183 lugares do Parlamento em disputa.

Desde o encerramento de urnas antes de terminada a contagem dos votos, a fraudes de ordem vária e à montagem de dispositivos repressivos junto dos centros de apuramento, todos os meios serviram para Marcos impedir a derrocada do seu regime. Mas o mais elucidativo exemplo do que o ditador é capaz para manter as rédeas do poder foi dado pela entrevista que concedeu a cadeias de televisão norte-americanas, em que reconheceu ter mandado fabricar os resultados.

Afirmou o ditador filipino **ter dado indicações** aos seus correligionários para que **deixassem a oposição ganhar em alguns lugares.**

Face aos resultados que chegaram a ser divulgados, dando à oposição 73 dos 183 lugares no Parlamento (sem o escrutínio ter sequer terminado), Marcos desabafou: **Parece que tais recomendações foram seguidas demasiado à letra, pois a oposição só devia ter conquistado 30 lugares.**

Como retoque final deste exemplo de democracia, acresce que o número de opositores consentidos pelo regime havia sido acordado entre Marcos e Ronald Reagan, com o objectivo de à sombra da institucionalização da democracia nas Filipinas continuar o apoio norte-americano à ditadura.

Só que os planos feitos no recato dos gabinetes esquecem muitas vezes a força da vontade popular, do descontentamento, da revolta e dos sentimentos democráticos reais dos povos.

Pretender, no fim de semelhantes mascaradas, invocar o nome da democracia, é uma manobra que cada vez dá menos lucro ao imperialismo. Porque já não engana nem convence, nem aos próprios apoiantes.

Israel massacra palestinianos

Pela calada da noite, como é próprio dos torcionários, o exército de Israel que continua a ocupar o sul do Líbano invadiu na quarta-feira passada um campo de refugiados palestinianos situado 40 quilómetros a sul de Beirute. A memória das monstruosidades cometidas quase há dois anos nos campos de Sabra e Chatila podem fornecer os pormenores do novo massacre realizado, ainda que as imagens não tenham chegado para de novo lembrar ao mundo que um povo está a ser exterminado pelos sionistas de Israel.

Em Maio de 1984, como em Setembro de 1982, um campo de refugiados foi cercado e durante cerca de cinco horas as casas foram dinamitadas, queimadas, as pessoas mortas, feridas, presas.

As informações são ainda contraditórias quanto ao número de mortos e feridos, mas esses são elementos que menos importam no caso concreto. Porque o que deve ser discutido e analisado não é o número de mortos, mas o direito que assiste ao Estado de Israel de massacrar homens, mulheres e crianças de um povo hoje sem pátria porque também pela força das armas os sionistas lha usurparam.

O que deve colocar-se à consciência internacional é a questão de até quando o mundo está disposto a acolher no seu seio, de forma mais ou menos encapotada, mais ou menos cúmplice, a bestialidade de um regime que pela sua prática se transformou numa indignidade para toda a humanidade.

Se se podia esperar que depois do fracasso da política norte-americana no Líbano a situação naquela região tenderia a diminuir, a realidade vem demonstrando que tal não acontece, recordando que o imperialismo não depõe armas com facilidade. Sem os Estados Unidos, Israel nem sequer existiria! Se depois de tudo o que se passou nos últimos dois anos no Líbano, do genocídio de palestinianos e patriotas libaneses, de profundos golpes sofridos pelos sionistas na luta contra as forças democráticas, estes ainda têm capacidade para levar a cabo semelhantes atrocidades e reacender os seus ataques simultaneamente às forças sírias estacionadas em território libanês, isso apenas significa que a administração Reagan continua a alimentar o seu braço armado no Médio Oriente.

Escandaliza que os novos massacres não escandalizem o mundo inteiro! Escandaliza que os organismos internacionais não se afirmem com todos os meios ao seu alcance para obrigar Israel — e os que na sombra o mantêm vivo — a renunciar de vez aos seus planos expansionistas e de exterminio.

Quando os governos — sempre tão atentos aos Sakaroves — não encontram nada para dizer perante os massacres levados a cabo por Israel, que continua a ocupar um país soberano, têm de ser os povos a mobilizar as forças da solidariedade, a exercer todas as formas de pressão que os forcem a não ser coniventes, cúmplices de uma política que cada vez se assemelha mais à que Hitler conduziu contra os judeus.

No passado não muito distante combateu-se contra o nazi-fascismo. Que importa hoje que se chame sionismo, se a política no fundo não difere?